

MESTRADO  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM MEDICINA LEGAL

O militar da GNR enquanto vítima de crimes contra as pessoas e contra autoridade pública no exercício de funções

Emanuel Jorge da Silva Dias

M  
2017



O militar da GNR enquanto vítima de crimes contra as pessoas e contra autoridade pública no exercício de funções

Emanuel Jorge da Silva Dias



Emanuel Jorge da Silva Dias

## **O militar da GNR enquanto vítima de crimes contra as pessoas e contra autoridade pública no exercício de funções**

Dissertação de Candidatura ao grau de Mestre em Medicina Legal submetida ao Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto.

Orientador – Professora Doutora Luísa Maria Carreira Ferreira Mascoli

Categoria – Professora Auxiliar

Afiliação – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, e Assessora na Direção de Investigação Criminal do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana.

## DEDICATÓRIA

*Aos meus familiares,*

*A todos os militares da GNR que diariamente lutam incessantemente por uma sociedade melhor...*

## AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma dissertação de mestrado é um processo académico complexo e exaustivo, onde se espera que o candidato a mestrando apresente padrões de exigência muito elevados, nomeadamente na capacidade organizativa e no empenhamento. Esta dissertação não seria exequível sem o apoio de todos aqueles que me acompanharam neste percurso, assim é legítimo e inequivocamente merecido o exposto agradecimento. Quero agradecer:

À minha orientadora, Professora Doutora Luísa Maria Carreira Ferreira Mascoli, pela sua diligente supervisão, competência e conhecimento transmitido. A manifestação do seu apoio premente, as críticas construtivas, as discussões e reflexões foram fundamentais para a conclusão deste trabalho, sendo mais que legítimo expressar-lhe um muito obrigado “especial”.

Ao Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto e a Professora Doutora Maria José Carneiro de Sousa Pinto da Costa, que contribuíram indelevelmente para o meu desenvolvimento intelectual durante este percurso.

À Guarda Nacional Republicana, a oportunidade concedida, ao permitir a elaboração deste trabalho, contribuindo assim para a minha evolução enquanto profissional.

Aos Senhores Oficiais, Sargentos e Guardas do Comando Territorial de Viana do Castelo, da Direção de Investigação Criminal (DIC), Direção de Informações (DI) e da Direção de Justiça e Disciplina (DJD) da GNR um muito obrigado pela camaradagem e apoio demonstrado.

Um agradecimento especial a todos os militares da Guarda Nacional Republicana que comigo trabalham diretamente.

À minha mulher Margarida e ao meu filho Leonardo, são o que de mais importante eu tenho na minha vida. Obrigada pelo vosso apoio incondicional, pela força e coragem que me dão quando eu próprio me sinto sem força e pelo amor singular que me transmitem todos os dias. Obrigada por acreditarem em mim, pela confiança, por me ajudarem a realizar este sonho, por nunca desistirem de mim. Amo-vos acima de tudo, sem vocês nada disto seria possível.

O meu mais profundo reconhecimento aos meus pais, a todos os meus familiares e amigos cujos nomes não são mencionados, mas que estiveram sempre presentes nesta minha jornada pela busca de mais e mais conhecimento.

## RESUMO

A presente dissertação centra-se no estudo e na caracterização do militar da Guarda Nacional Republicana (GNR) enquanto vítima de crimes contra as pessoas e contra autoridade pública no exercício de funções.

A investigação possui natureza qualitativa e quantitativa, é transversal, descritiva e reverte-se de carácter exploratório neste trabalho pioneiro. Como metodologia empregue, utiliza o método histórico, materializado pela revisão da literatura e pela análise documental, com a consequente recolha e compilação de dados tratados com recurso a análise estatística univariada.

Assim sendo, o presente estudo pretende responder ao problema formulado, nomeadamente como se caracteriza socio demograficamente o militar da GNR vítima de crimes contra as pessoas e contra a autoridade pública no exercício pleno das suas funções.

Como objetivo central deste trabalho pretendeu-se elencar um conjunto de contributos que permitiram analisar e caracterizar o fenómeno da violência grave, mormente os crimes contra as pessoas e contra a autoridade pública perpetrada contra os militares da GNR no exercício de funções.

Como objetivos específicos da realização deste trabalho pretendeu-se: i) analisar e identificar geograficamente na área de jurisdição da GNR, a ocorrência/ação policial por meses/ano cuja incidência ocorreu nos anos de 2012 a 2016, nomeadamente os crimes catalogados no Código Penal Português (CP): Contra a vida (Homicídio), Contra a integridade física (Ofensa à integridade física), Contra a liberdade pessoal (Ameaça, Coação), Contra a honra (Difamação, Injúria), Contra a autoridade pública (Resistência e Coação sobre Funcionário, Desobediência); ii) caracterizar o perfil do/s alegado/s agressor(es)/autor(es) dos crimes perpetrados crimes contra o militar da GNR no exercício de funções, analisando as variáveis sociodemográficas como a faixa etária, género, nacionalidade, etnia; iii) caracterizar as consequências para o/s alegado/s agressor(es)/autor(es) pela prática do crime; iv) analisar o *modus operandi* do alegado agressor(es)/autor(es), nomeadamente se a ocorrência envolveu o recurso a algum tipo de arma e respetiva classificação; v) caracterizar o perfil do militar da GNR vítima de crimes no exercício de funções, analisando variáveis sociodemográficas como a faixa etária, género e posto; e vi) caracterizar as consequências sofridas pelo militar da GNR vítima de crimes no exercício de funções.

Sobre as principais conclusões, constatou-se que nos anos de 2012 a 2016, foram elaboradas 5.102 participações criminais (autos de notícia) registadas por crimes

praticados contra os militares da GNR, e remetidas ao Ministério Público (MP) das respectivas Comarcas, cuja autoria é imputada a 5.712 alegados agressor(es)/autor(es), originando 7.348 vítimas militares da GNR que se encontravam no exercício de funções, durante os cinco anos do período em referência. Constatou-se que o número de vítimas militares da GNR é muito superior ao número de participações registadas, e estas em número inferior ao número de eventuais agressores (as).

Indubitavelmente, estes números expressivos e críticos obrigam-nos a refletir no sentido de gerar eventuais *guidelines* de prevenção sobre determinados processos de risco e sensibilizar os militares que compõem o dispositivo para este fenómeno.

**Palavras-Chave:** Militares da GNR; vítimas de crime; crime contra as pessoas; crime contra a autoridade pública; exercício de funções.

## ABSTRACT

The present dissertation focuses on the study and characterisation of the military of the Republican National Guard (GNR) as a victim of crimes against the people and against public authority in the exercise of functions.

The investigation has a qualitative and quantitative nature, is transversal and descriptive, and reverts itself into an exploration into this pioneering work. The methodology which was used in this investigation is the historical method, materialised by the review of the literature and in the document analysis, with the consequent compilation and collection of data treated using an univariate statistical analysis.

Therefore, this study aims to answer the formulated problem, mainly as is characterised socio demographically the GNR military victim of crimes against people and against public authority in the full exercise of their duties.

The specific objectives of this work was intended to: i) Analyse and identify geographically, in the jurisdiction GNR area, the occurrence/police action for months/year, whose incidence occurred in the years 2012 to 2016, namely crimes listed in the Portuguese Penal Code (CP): Against life (Homicide), Against Physical Freedom, Against Personal Freedom (Threat, Coercion), Against Honor (Defamation, Injury), Against Public Authority (Resistance and Coercion on Employee, Disobedience); ii) Characterise the profile of the alleged aggressor/indicted of the crimes committed against the military of the GNR in their exercise of functions, analysing socio demographic variables such as age, gender, nationality, ethnicity; iii) to characterise the consequences for the alleged aggressor/indicted for the crime; iv) to analyse the operandi modus of the alleged aggressor/indicted, that is, if the occurrence involved the use of some type of weapon and respective classification; v) Characterise the profile of the military of GNR, victim of crimes in the exercise of functions, analysing socio demographic variables such as age, gender and rank; e vi) characterise the consequences suffered by the GNR military victim of crime in the exercise of functions.

Regarding the mains conclusions, it was verified that in the years of 2012 to 2016, 5.102 criminal investigations (records of news) registered for crimes against the military of the GNR were carried out and sent to the Public Prosecutor's (MP) of the respective regions, whose authorship is attributed to 5.712 alleged aggressors/indicted, originating 7.348 military victims of the GNR who were in the exercise of functions in the five years of the referred period. It was found that the number of soldiers of the GNR victims is much higher than the number of participations registered, and these are less than the number of alleged aggressor(s)/author(s).

Undoubtedly, these expressive and critical numbers force us to be reflecting in the sense of generating possible prevention guidelines on certain risk processes and sensitize the military that make up the device for this phenomenon.

**Key-words:** GNR military; victims of crime; crime against people; crime against public authority; exercise of functions.



# ÍNDICE

Dedicatória .....	i
Agradecimentos .....	ii
Resumo .....	iii
<i>Abstract</i> .....	v
Índice .....	1
Índice de gráficos .....	3
Lista de abreviaturas .....	4
1. INTRODUÇÃO .....	5
1.1 A instituição Guarda Nacional Republicana .....	7
1.2 A instituição GNR: Dependência e atribuições .....	8
1.2.1 Dependência funcional .....	8
1.2.2 Atribuições da Guarda .....	8
1.3 O militar da GNR .....	11
1.3.1 Missão do militar da GNR .....	12
1.3.2 A formação e treino do militar da Guarda .....	13
1.4 Atividade policial: uma atividade de risco .....	15
2. A AGRESSÃO E AS VIOLÊNCIAS .....	19
2.1 Conceitos: Agressão e Agressividade .....	19
2.2 Abordagens: Violência e Trauma .....	20
2.3 Teorias explicativas .....	23
3. VÍTIMA E VITIMOLOGIA: CONSEQUÊNCIAS NO MILITAR DA GNR .....	28
3.1 O conceito de vítima .....	28
3.2 Vitimologia .....	30
3.3 O militar da GNR enquanto vítima .....	32
3.3.1 Impacto e consequências .....	32
3.3.2 A Perturbação Pós-stress Traumático (PTSD) .....	33

4. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO.....	35
4.1 Abordagem jurídico-legal .....	35
4.2 Jurisprudência .....	37
4.3 Garantia de defesa e proteção jurídica ao militar da Guarda.....	39
5. MÉTODO.....	40
5.1 Plano de investigação .....	42
5.2 Amostra.....	43
5.3 Técnicas de recolha de dados .....	44
6. RESULTADOS .....	45
6.1 A ocorrência .....	45
6.1.1 Dos crimes contra a Vida (Homicídio).....	47
6.1.2 Dos crimes contra a Integridade Física (Ofensa à integridade física).....	48
6.1.3 Dos crimes contra a Liberdade Pessoal (Ameaça, Coação) .....	49
6.1.4 Dos crimes contra a Honra (Difamação, Injúria) .....	50
6.1.5 Dos crimes contra a Autoridade Pública (Resistência e Coação sobre Funcionário, Desobediência) .....	51
6.2 O alegado agressor(es)/autor(es).....	53
6.3 Meio utilizado: A arma de fogo, arma branca e outros.....	57
6.4 O militar da GNR /vítima.....	58
7. DISCUSSÃO.....	62
7.1 Análise e discussão dos dados recolhidos .....	63
8. CONCLUSÕES.....	66
9. REFERÊNCIAS .....	68

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crimes contra a GNR (2012 a 2016) .....	45
Gráfico 2 - Total de participações criminais por Comando Territorial (2012 a 2016) .....	46
Gráfico 3 - Comandos Territoriais/Distritos com maior prevalência (2012 a 2016) .....	46
Gráfico 4 - Distribuição total das participações criminais por meses (2012 a 2016) .....	47
Gráfico 5 - Crimes contra a Vida (2012 a 2016) .....	48
Gráfico 6 - Crimes contra a Integridade Física (2012 a 2016) .....	49
Gráfico 7 - Crimes contra a Liberdade Pessoal (2012 a 2016) .....	50
Gráfico 8 - Crimes contra a Honra (2012 a 2016) .....	51
Gráfico 9 - Crimes contra a Autoridade Pública (2012 a 2016) .....	52
Gráfico 10 - Número de alegados agressor(es)/autor(es) do ano (2012 a 2016) .....	53
Gráfico 11 - Faixa etária dos alegados agressor(es)/autor(es) (2012 a 2016) .....	53
Gráfico 12 - Género dos alegados agressor(es)/autor(es) (2012 a 2016) .....	54
Gráfico 13 - Nacionalidade dos alegados agressor(es)/autor(es) (2012 a 2016) .....	54
Gráfico 14 - Etnia dos alegados agressor(es)/autor(es) (2012 a 2016) .....	55
Gráfico 15 - Situação laboral dos alegados agressor(es)/autor(es) (2012 a 2016) .....	55
Gráfico 16 - Consequências para os alegados agressor(es)/autor(es) (2012 a 2016) .....	56
Gráfico 17 - Armas utilizadas nos 05 anos em estudo (2012 a 2016) .....	57
Gráfico 18 - Total das armas utilizadas nos 05 anos em estudo (2012 a 2016) .....	57
Gráfico 19 - Número de militares da Guarda vítimas de crimes (2012 a 2016) .....	58
Gráfico 20 - Faixa etária do militar da GNR vítima de crime (2012 a 2016) .....	58
Gráfico 21 - Género do militar da GNR vítima de crime (2012 a 2016) .....	59
Gráfico 22 - Posto do militar da GNR vítima de crimes (2012 a 2016) .....	59
Gráfico 23 - Militares da GNR mortos em serviço (2012 a 2016) .....	60
Gráfico 24 - Militares da GNR vítimas, feridos com internamento (2012 a 2016) .....	60
Gráfico 25 - Militares da GNR vítimas, feridos sem internamento (2012 a 2016) .....	61
Gráfico 26 - Militares da GNR vítimas, feridos sem tratamento (2012 a 2016) .....	61

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

Ac.: Acórdão

CDF: Comando Doutrina e Formação

CE: Comissão Europeia

CEMGFA: Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CJM: Código de Justiça Militar

CO: Comando Operacional

CP: Código Penal

CPP: Código Processo Penal

CRP: Constituição da República Portuguesa

DI: Direção de Informações

DIC: Direção de Investigação Criminal

DJD: Direção de Justiça e Disciplina

EG: Escola da Guarda

EMGNR: Estatuto dos militares da Guarda Nacional Republicana

FA: Forças Armadas

GNR: Guarda Nacional Republicana

ICBAS-UP: Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto

LDN: Lei da Defesa Nacional

LOGNR: Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana

LSI: Lei de Segurança Interna

MAI: Ministério da Administração Interna

MDN: Ministério da Defesa Nacional

MP: Ministério Público

PJ: Polícia Judiciária

PSP: Polícia de Segurança Pública

PTSD: Perturbação Pós-Stress Traumático

RASI: Relatório Anual de Segurança Interna

RDGNR: Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana

RGSGNR: Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana

TN: Território Nacional

TRC: Tribunal da Relação de Coimbra

TRE: Tribunal da Relação de Évora

TRP: Tribunal da Relação do Porto

# 1. INTRODUÇÃO

O ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto (ICBAS/UP) exige que o aluno obtenha uma especialização de natureza académica, com recurso à atividade de investigação, em resultado da aprovação numa componente curricular e numa dissertação de natureza científica.

A GNR como consequência e na permanente proficiente concretização das suas atribuições, é reiteradamente confrontada com alguns cidadãos que imbuídos de uma perspetiva desalinhada do exercício dos seus direitos e liberdades, tendem a atentar com maior frequência e agressividade contra a autoridade pública e os seus profissionais, neste caso concreto contra os militares da Guarda que a representam e exercem, sendo concomitantemente que tais comportamentos desviantes, para além de perturbarem a paz e a ordem pública, colocam em perigo a integridade física e a saúde mental dos militares da Guarda.

Desta forma, foi elaborado um objetivo geral no âmbito do mestrado em medicina legal, que visou analisar e caracterizar o fenómeno da violência grave, mormente os crimes contra as pessoas e contra a autoridade pública perpetrada contra os militares da GNR no exercício de funções. Dos objetivos específicos da realização deste trabalho pretendeu-se: i) analisar e identificar geograficamente, na área de jurisdição da GNR, a ocorrência/ação policial por meses/ano, cuja incidência ocorreu nos anos de 2012 a 2016, nomeadamente os crimes catalogados no Código Penal Português<sup>1</sup>: Contra a vida (Homicídio), Contra a integridade física (Ofensa à integridade física), Contra a liberdade pessoal (Ameaça, Coação), Contra a honra (Difamação, Injúria), Contra a autoridade pública (Resistência e Coação sobre Funcionário, Desobediência); ii) caracterizar o perfil do alegado agressor(es)/autor(es) dos crimes perpetrados contra o militar da GNR no exercício de funções, analisando as variáveis sociodemográficas como a faixa etária, género, nacionalidade, etnia; iii) caracterizar as consequências para o alegado agressor(es)/autor(es) pela prática do crime; iv) analisar o *modus operandi* do alegado agressor(es)/autor(es), nomeadamente se a ocorrência envolveu o recurso a algum tipo de arma e respetiva classificação; v) caracterizar o perfil do militar da GNR vítima no exercício de funções, analisando as variáveis sociodemográficas como a faixa etária, género, posto e vi) caracterizar as consequências sofridas pelo militar da GNR no exercício de funções, vítima dos crimes supracitados.

---

<sup>1</sup> Código Penal de 1982 Versão consolidada posterior a 1995 - DL n.º 48/95, de 15 de Março

A escolha do tema deveu-se à sua atualidade, pertinência e originalidade, mas simultaneamente, sendo este um trabalho de índole investigatória, oferece também a possibilidade de conceber uma pesquisa aprofundada do tema, cujos resultados poderão ser suscetíveis de produzir conhecimento com importância e utilidade para o serviço desenvolvido pela GNR.

Por conseguinte, e sendo a formulação de uma questão ou de um conjunto de questões iniciais o que orienta a recolha da informação (Carmo & Ferreira, 1998), foi formulada a seguinte problemática: “Quais as características sociodemográficas dos militares da GNR vítimas de crimes contra as pessoas e contra autoridade pública no exercício de funções?”.

A presente dissertação encontra-se dividida em oito capítulos, onde o primeiro e o último se destinam à “Introdução” e “Conclusões”, respetivamente.

O enquadramento teórico é composto por três capítulos. O Capítulo 2º tem o título de “A agressão e as violências” e subdivide-se em três subcapítulos onde se começa por definir os conceitos de “agressão e agressividade”, aborda-se os conceitos de “violência e trauma” e expõem-se algumas das “teorias explicativas”. O Capítulo 3º tem o título de “Vítima e vitimologia”: consequências nos militares da GNR, e subdivide-se em três subcapítulos abordando-se os conceitos de “vítima”, “vitimologia”, e versa sobre a temática do “militar da GNR enquanto vítima” que se subdivide em duas partes: “impacto e consequências” e a “perturbação pós-stress traumático (PTSD)”. O Capítulo 4º faz uma abordagem ao “Enquadramento legislativo” e subdivide-se nos subcapítulos “abordagem jurídico-legal”, “jurisprudência” e as “garantias de defesa e proteção jurídica ao militar da Guarda”.

O Capítulo 5º refere-se ao “Método” utilizado nesta investigação, subdividindo-se nos subcapítulos “plano de investigação”, “amostra” e “técnica de recolha de dados”.

O Capítulo 6º refere-se aos “Resultados” obtidos, estando subdividido no subcapítulo: “A ocorrência” que se encontra subdividida em 5 partes; “dos crimes contra a Vida (Homicídio)”, “dos crimes contra a Integridade Física (Ofensa à integridade física)”, “dos crimes contra a Liberdade Pessoal (Ameaça, Coação)”, “dos crimes contra a Honra (Difamação, Injúria)” e “dos crimes contra a Autoridade Pública (Resistência e Coação sobre Funcionário, Desobediência)”, e ainda nos subcapítulos “O alegado agressor(es)/autor(es)”, “Meio utilizado: a arma de fogo, arma branca e outros” e “O militar da GNR /vítima”.

Por último, o Capítulo 7º refere-se à “Discussão”, estando subdividido no subcapítulo “análise e discussão dos dados recolhidos”.

Após esta introdução, aborda-se de seguida a instituição GNR de forma sintética, o militar da GNR e as características da atividade policial como atividade de risco.

## 1.1 A instituição Guarda Nacional Republicana

A GNR é um organismo público, ao serviço do povo português, e é caracterizada como uma «força de segurança de natureza militar», dependendo normalmente do membro do Governo responsável pela área da administração interna (MAI).

Na sua lei orgânica (LOGNR)<sup>2</sup> a GNR é definida da seguinte forma “*A Guarda Nacional Republicana, adiante designada por Guarda, é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa. A Guarda tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.*”

Ao longo dos seus 106 anos de história, a Guarda Nacional Republicana, escoltando sempre os acontecimentos que assinalaram transformações mais relevantes na Republica Portuguesa, manteve contudo, como características praticamente inalteráveis e fundamentais, a sua organização militar e a sujeição ao Código de Justiça Militar (CJM)<sup>3</sup> dependendo normalmente do membro do Governo responsável pela área da administração interna.

Pela sua natureza e polivalência, a GNR encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança, sendo a única força de segurança com natureza e organização militares, caracterizando-se como uma Força militar de Segurança<sup>4</sup>. ([www.gnr.pt](http://www.gnr.pt))

A Guarda constitui-se assim como uma Instituição charneira, entre as Forças Armadas e as Forças Policiais e Serviços de Segurança.

Consequentemente, a GNR mostra ser uma força bastante apta a cobrir em permanência, todo o espectro da conflitualidade em quaisquer das modalidades de intervenção das Forças Nacionais, nas diversas situações que se lhe possam deparar, desde o tempo de paz e de normalidade institucional ao de guerra, passando pelas situações de crise, quer a nível interno, quer no externo (como foram os casos de Timor e do Iraque).

Em situação de normalidade, a Guarda executa fundamentalmente as típicas missões policiais, mas não só, porque decorre da sua missão, a atribuição de missões militares no âmbito da defesa nacional, em cooperação com as Forças Armadas e é aqui que reside a grande diferença para com as Polícias.

---

<sup>2</sup> Lei Orgânica da GNR - Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro

<sup>3</sup> Código de Justiça Militar - Lei n.º 100/2003, de 15 de novembro

<sup>4</sup> <http://www.gnr.pt/missao.aspx>

Em situações de estado de emergência ou de sítio, devido à sua natureza, organização e à formação dos seus militares, apresenta-se como a força mais indicada para atuar em situações problemáticas e de transição entre as Polícias e as Forças Armadas.

Já em caso de guerra, pela sua natureza militar e pelo dispositivo de quadrícula, que ocupa todo o território nacional, pode, isoladamente ou em complemento, desempenhar um leque muito alargado de missões das Forças Armadas.

## **1.2 A instituição GNR: Dependência e atribuições**

A Guarda tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei. ([www.gnr.pt](http://www.gnr.pt))

### **1.2.1 Dependência Funcional**

A Guarda depende do membro do Governo responsável pela área da administração interna.

As forças da Guarda são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas CEMGFA, através do seu Comandante-Geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional (LDN) e das Forças Armadas (FA) e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional (MDN) no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento. ([www.gnr.pt](http://www.gnr.pt))

### **1.2.2 Atribuições da Guarda**

Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;

Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens;

Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;



Prevenir a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos;

Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciais ou solicitadas pelas autoridades administrativas;

Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente, através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;

Garantir a execução dos atos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;

Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;

Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza;

Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;

Garantir a segurança nos espetáculos, incluindo os desportivos, e noutras atividades de recreação e lazer, nos termos da lei;

Prevenir e detetar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo;

Participar na fiscalização do uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às demais forças e serviços de segurança ou às Forças Armadas, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades;

Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de proteção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;

Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;

Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei;

Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos;

Garantir a fiscalização, o ordenamento e a disciplina do trânsito em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede

Nacional Complementar, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;

Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e interceção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas;

Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e interceção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas;

Prevenir e investigar as infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira;

Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga, para os efeitos previstos na alínea anterior e, supletivamente, para o cumprimento de outras obrigações legais;

Participar na fiscalização das atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas;

Executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;

Colaborar na prestação das honras de Estado;

Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas;

Assegurar o ponto de contacto nacional para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos de polícia criminal.

As atribuições da Guarda são prosseguidas em todo o território nacional e no mar.

Fora da área de responsabilidade definida nos termos do número anterior, a intervenção da Guarda depende: do pedido de outra força de segurança; de ordem especial e por imposição legal.

A Guarda pode prosseguir a sua missão fora do território nacional, desde que legalmente mandatada para esse efeito. ([www.gnr.pt](http://www.gnr.pt))

### 1.3 O militar da GNR

O acervo legislativo existente em Portugal, dispõe de vários diplomas que abordam e contextualizam o militar da GNR, tanto na sua essência como na sua função. Contudo, é no estatuto (EMGNR) do militar da Guarda, que encontramos de forma inequívoca a definição de militar da GNR. Assim de acordo com o referido estatuto<sup>5</sup>, “o militar da Guarda, no exercício das suas funções, é agente da força pública, autoridade e órgão de polícia, quando não lhe deva ser atribuída qualidade superior, nos termos da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana e demais legislação aplicável”.

Refere ainda o mesmo diploma, que “o militar da Guarda está subordinado ao interesse nacional e exclusivamente ao serviço do interesse público, pelo que deve adotar, em todas as situações, uma conduta ética e atuar de forma íntegra e profissionalmente competente, por forma a fortalecer a confiança e o respeito da população, contribuir para o prestígio e valorização da Guarda, garantir a segurança dos cidadãos e assegurar o pleno funcionamento das instituições democráticas. O militar da Guarda está sujeito, a todo o tempo, aos riscos inerentes ao cumprimento das respetivas missões, que enfrenta com coragem física e moral” ressaltando ainda o mesmo diploma, que “o militar da Guarda cumpre as missões que lhe forem cometidas pelos legítimos superiores, para defesa da Pátria, se necessário com o sacrifício da própria vida, o que afirma solenemente perante a Bandeira Nacional, em cerimónia pública”.

Numa abordagem mais ampla, o militar da GNR é um órgão de polícia criminal, explicito nas definições do disposto no Código de Processo Penal (CPP)<sup>6</sup>, “Órgãos de polícia criminal são todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer atos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados por este Código”.

Subsidiariamente, e não obstante ao supracitado, consagrando o disposto na Constituição da República Portuguesa (CRP)<sup>7</sup>, a polícia *“tem por função defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”*, ou seja, a sua atuação visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Ao militar da Guarda são também aplicáveis, dos já referidos e entre outros, a Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar<sup>8</sup>, a Lei de Defesa Nacional (LDN)<sup>9</sup>, a Lei de Segurança Interna (LSI)<sup>10</sup>, o Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana

<sup>5</sup> Estatuto dos Militares da GNR - Decreto-lei n.º 30/2017 de 22 de março

<sup>6</sup> Código de Processo Penal – Decreto-lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro

<sup>7</sup> Constituição da República Portuguesa - Decreto de 10 de abril de 1976

<sup>8</sup> Estatuto da Condição Militar - Lei n.º 11/1989 de 01 de junho

<sup>9</sup> Lei de Defesa Nacional - Decreto-Lei n.º 90/2015 de 29 de maio

<sup>10</sup> Lei de Segurança Interna - Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto

(RDGNR)<sup>11</sup> e o Código Deontológico do Serviço Policial<sup>12</sup>, com os ajustamentos adequados às características estruturais.

Explanada esta abordagem legislativa, advém a questão de como podemos categorizar sociologicamente o militar da GNR? Por analogia e atendendo à teoria de Balestreri (1998), em primeiro lugar o militar da GNR é um cidadão como todos os outros; segundo, é um cidadão qualificado com o estatuto de militar e que representa o Estado Português em todas as circunstâncias, estando em permanente contacto com a população, tem como missão ser uma espécie de “porta-voz” do conjunto de autoridades das diversas áreas. Em terceiro lugar, existe uma dimensão pedagógica na sua atuação; em quarto, o militar da GNR deve ter uma metodologia antagónica à do criminoso, ou seja, não deve ser “cruel com os cruéis, vingativo contra os antissociais, hediondo com os hediondos”.

Num contexto organizativo, a Guarda está organizada hierarquicamente e os militares dos seus quadros permanentes estão sujeitos à condição militar, nos termos da lei de bases gerais do Estatuto da Condição Militar.

De acordo com a sua orgânica, os militares da Guarda agrupam-se hierarquicamente nas seguintes categorias profissionais, subcategorias e postos:

a) Categoria profissional de oficiais:

- i) Oficiais gerais, que compreende os postos de tenente-general e major-general;
- ii) Oficiais superiores, que compreende os postos de coronel, tenente-coronel e major;
- iii) Capitães, que compreende o posto de capitão;
- iv) Oficiais subalternos, que compreende os postos de tenente e alferes;

b) Categoria profissional de sargentos, que compreende os postos de sargento-mor, sargento-chefe, sargento-ajudante, primeiro-sargento, segundo-sargento e furriel;

c) Categoria profissional de guardas, que compreende os postos de cabo-mor, cabo-chefe, cabo, guarda principal e guarda.

### **1.3.1 Missão do militar da GNR**

Independente da sua categoria profissional, o militar da Guarda tem uma missão<sup>13</sup> que lhe é atribuída e que é inerente a função que desempenha, fundamentalmente nas áreas: de serviço policial; segurança e ordem pública; fiscalização e regulação da circulação rodoviária; fiscalização no âmbito fiscal e aduaneiro; controlo costeiro; investigação criminal, tributária, fiscal e aduaneira; proteção da natureza e do ambiente; proteção e socorro; honorífica e de representação e militar.

<sup>11</sup> Regulamento de Disciplina da GNR - Lei n.º 145/99 de 1 de setembro

<sup>12</sup> Código Deontológico do Serviço Policial - Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 7 de fevereiro de 2002

<sup>13</sup> Regulamento Geral do Serviço da GNR - Despacho n.º 10393/2010 de 22 junho de 2010

O militar da Guarda cumpre as missões de carácter policial através do patrulhamento intensivo de toda a zona de ação da Guarda, sendo exercidas, prioritária e quotidianamente, de forma preventiva, pela vigilância, fiscalização e presença, bem como, eventualmente, pela atuação corretiva como exigência do cumprimento da lei. As missões de segurança e ordem pública visam garantir a segurança e a tranquilidade públicas e a segurança das instalações dos órgãos de soberania.

No âmbito da fiscalização e regulação da circulação rodoviária são desempenhadas, em todo o território continental, sendo que as missões de fiscalização e prevenção no âmbito fiscal, aduaneiro e atividade tributária, são desempenhadas em todo o território nacional. As missões de controlo costeiro visam assegurar a vigilância, o patrulhamento e a interceção terrestre e marítima, em toda a costa e no mar territorial do continente e das regiões autónomas.

No que concerne à investigação criminal, esta missão visa averiguar a existência de crimes, determinar os seus agentes e descobrir e recolher provas.

O militar da Guarda desempenha também missões de proteção da natureza, ambiente e de proteção e socorro, que se inserem na obrigatoriedade de prestação de auxílio às pessoas em perigo, quer se encontrem isoladas, quer no caso de catástrofes naturais ou outras situações que tal exijam, com especial incidência nas situações de crise.

As missões honoríficas e de representação consistem na prestação de honras militares a altas entidades nacionais e estrangeiras e na representação nacional no estrangeiro, em cerimónias de carácter militar, sendo que as missões de natureza militar, a cumprir pelas unidades da Guarda no âmbito da defesa nacional, derivam diretamente da sua condição de Corpo Especial de Tropas e são executadas, enquadradas pelas Forças Armadas ou de forma autónoma.

### **1.3.2 A formação e treino do militar da GNR**

A instituição GNR tem demonstrado visivelmente uma preocupação premente com a formação profissional e o treino dos seus profissionais.

Acompanhando as constantes transformações sociais, a instituição com o objetivo de ser uma força de segurança próxima, humana e de confiança, vai ajustando a formação e treino dos seus profissionais às realidades contemporâneas.

Na GNR a formação baseia-se num conjunto de atividades educacionais, pedagógicas, formativas e doutrinárias que visam a aquisição e a promoção de conhecimentos, de competências técnico-profissionais, de atitudes e formas de comportamento, exigidos para o exercício das funções próprias do seu profissional, nas

mais diversas áreas de atuação, permitindo assim a prossecução dos objetivos estratégicos, no âmbito da sua missão geral.

É através de uma formação e treino eficazes, que se previne muitas ocorrências que podem culminar no militar da GNR como vítima. Através da formação e treino, os militares adquirem competências técnicas e táticas específicas que promovem a sua confiança e autodefesa.

Para Branco (2010), “uma vez que os militares enfrentam os mais variados riscos, a formação é estudada de forma a incidir sobre os riscos mais prováveis, e consequentemente, deve preparar (antecipando) os militares para as situações mais específicas” (pp. 360-372). Na mesma linha, vários autores defendem que agregadas à formação profissional estão veiculadas outras áreas científicas que coadjuvam o sucesso da formação contínua, como é o caso da educação e formação de adultos e aprendizagem ao longo da vida.

De acordo com a visão de Rouco (2012, p.3) “...as organizações sofrem inúmeras pressões devido a mudanças tecnológicas, políticas, económicas, sociais e culturais a uma escala mais global”. Estas mudanças, também são significativas no seio das Forças de Segurança, mais especificamente na Guarda Nacional Republicana.

No seu estatuto, a GNR dedica vários artigos ao conceito de formação, o que comprova indelevelmente que esta matéria é encarada como um recurso estratégico a utilizar para atingir determinados objetivos, entre os quais: melhorar a qualidade de serviço prestado à sociedade civil, preparar o militar para um melhor desempenho da sua função, melhorar os pontos fracos e reforçar as suas competências.

Ainda de acordo com o mesmo estatuto *“o militar da Guarda tem direito a receber treino e formação geral, cívica, científica, técnica, militar e profissional, inicial e contínua, adequados ao pleno exercício das funções e atribuições que lhe sejam cometidas, tendo em vista a sua valorização humana e profissional, bem como à sua progressão na carreira”*.

Atualmente, a GNR possui um estabelecimento de ensino designado por Escola da Guarda (EG/GNR), sita em Queluz, com dois Polos agregados: Figueira da Foz e Portalegre. A Escola da Guarda é uma unidade especialmente vocacionada para a formação moral, cultural, física, militar e técnico-profissional dos militares da Guarda e ainda para a atualização, especialização e valorização dos seus conhecimentos e colabora, ainda, na formação de elementos de outras entidades, nacionais e estrangeiras.

## 1.4 Atividade Policial: uma atividade de risco

Como introdução e numa abordagem abstrata sobre a atividade policial, é unânime distinguir-se desde logo esta atividade de outro tipo de atividades pelas características peculiares da missão que desenvolve e da qual está revestida. A sociedade, quando sente a sua segurança ameaçada, reclama desde logo que sejam adotadas e implementadas medidas que contrariem esse paradigma. Neste sentido, emergem as políticas públicas de segurança como um processo de mediação social ou de resposta aos problemas expostos pela sociedade.

“Visível e, no entanto, desconhecida, familiar e, todavia, estranha, protetora, e apesar de tudo, inquietante: a polícia inspira nos cidadãos das democracias modernas, sentimentos ambíguos, resumidos nessas três oposições. Mas, antes de mais nada, o que é a polícia?” (Monet, 2006, p. 15).

Existem inúmeras definições e conceitos de “polícia”, e diversas considerações sobre a atividade policial.

Etimologicamente, a palavra polícia deriva do latim “*politia*” e do grego “*politea*”, que significava a organização política e do governo. Assim, como o termo política, a expressão polícia estava relacionada à “polis”, que significa cidade ou Estado (Sousa, 2009, p.1), sem qualquer relação com o sentido atual da expressão.

No entendimento de Silva (2001) “o conceito de Polícia é uma atividade da administração limitadora da liberdade individual e justificada pelo interesse público” (p.124).

Pela sua especificidade, a atividade policial é desenvolvida com o intuito de assegurar e garantir a ordem e a segurança pública dentro da sociedade. Como consequência e em resultado dessa missão, surgem duas perspectivas antagónicas que colidem e geram obviamente discórdia: a perspectiva imposta pelo cidadão que quer exercer plenamente aquilo que entende ser os seus direitos, e a outra perspectiva imposta pela atividade policial, que visa limitar o exercício de alguns desses desígnios de modo alcançar o bem-estar coletivo, fazendo o uso do poder legal de que está investida.

O termo histórico que liga as forças de segurança ao contexto das sociedades modernas é o conceito de risco, experienciado por estas forças como profissão e prática e de forma superlativa nas contingências da sociedade contemporânea. (Souza e Adorno, 2013).

A noção de risco é um conceito recente oriundo na modernidade industrial, mais precisamente no século XVII, servindo ora como elemento de precaução no nível pessoal ora como elemento de cálculo frente às probabilidades de que algo prejudicial e indesejável possa acontecer (Douglas, 1992).

De acordo com o mesmo autor, riscos “são formas sistemáticas de lidar com os perigos e as inseguranças induzidas e introduzidas pelo próprio processo de modernização”.

O conceito de risco é um campo acadêmico que não tem fronteiras definidas, que frequentemente é apresentado com lacunas de coerência conceitual (Hayes, 1992).

Para Mascoli (2017) a literatura refere que o termo faz referência à proximidade ou contingência de um possível dano. A noção de risco costuma ser utilizada como sinónimo de perigo. Por risco de vida entende-se perigo de morte. Correr o risco de vida, entende-se estar exposto ao risco. É possível distinguir o risco (a possibilidade de dano) e o perigo (a probabilidade de acidente ou patologia). Por outras palavras, o perigo é uma causa do risco. Existem riscos de todo o tipo e que surgem em diferentes âmbitos.

Uma ameaça é outro conceito associado ao risco. Uma ameaça é um dito ou feito que antecipa um dano. Algo pode ser considerado como uma ameaça quando existe pelo menos um incidente específico no qual a ameaça tenha tido lugar.

Existem várias definições e interpretações relativas ao risco e perigo. Considera-se risco como a combinação da probabilidade da ocorrência de um acontecimento perigoso ou exposição e da severidade das lesões, ferimentos, ou danos para a saúde, que pode ser causada pelo acontecimento ou pela exposição. "É a probabilidade ou hipótese de lesão (física ou psicológica) ou morte." "É uma ou mais condições de uma variável com potencial necessário para causar danos." (Cicco & Fantazzini, 1987, p. 39).

Note-se que o risco é o resultado ou a consequência do perigo. Não existiriam riscos se não existissem perigos. E perigo, como a fonte, situação ou ato com potencial para o dano em termos de lesões, ferimentos ou danos para a saúde ou uma combinação destes. "É uma condição ou um conjunto de circunstâncias que têm o potencial de causar ou contribuir para uma lesão (física ou psíquica) ou morte." (Sanders & McCormick, 1993, pp. 655-656). "Uma exposição relativa a um risco, favorece a sua materialização em danos." (Cicco & Fantazzini, 1987, p. 39).

Para a Comissão Europeia (CE)<sup>14</sup> podem ser consideradas as seguintes definições: “Risco é a probabilidade potencial de causar danos nas condições de uso e/ou exposição, bem como a possível amplitude do dano. Perigo é a propriedade ou capacidade intrínseca dos materiais, equipamentos, métodos e práticas de trabalho, potencialmente causadora de danos”.

A atividade policial, face à inerência da função e amplitude que possui, tem indubitavelmente um elevado grau de risco associado. Segundo Monteiro (2001): citando Clemente (1998), cabe às forças de segurança “defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos” (p.6).

---

<sup>14</sup> Comissão Europeia - Guia para a avaliação de riscos no local de trabalho, 1996



A GNR, como efeito e na permanente concretização das suas atribuições, é reiteradamente confrontada com alguns cidadãos que incutidos de uma perspetiva deficitária do exercício dos seus direitos e liberdades, tendem a atentar com maior frequência e agressividade contra a autoridade pública e os seus profissionais, neste caso concreto contra os militares da Guarda que a representam e exercem, originando indubitavelmente que tais comportamentos desviantes, para além de perturbarem a paz e a ordem pública, colocam em perigo a integridade física e a saúde mental dos militares da Guarda. Como resultado, os militares da GNR, veem-se muitas das vezes obrigados a recorrer à força pública, no sentido de sustentar estes cidadãos, e obviar as suas ações.

Assim, a Guarda é encarada como uma entidade estatal que obriga as pessoas a adotarem certos comportamentos, os quais não adotariam por vontade própria, e vista como um conjunto de funcionários do Estado, que criam as leis criminais e as instituições que as fazem aplicar.

Em consonância com Fielding (1991), isto faz com que as forças de segurança, em determinadas situações, sejam alvo de escrutínio negativo pelo público e fonte de controvérsia, tratando-se de uma realidade comum a instituições com prerrogativas do uso coercivo da força. Também por esta razão, a Guarda é confrontada, frequentemente, com situações que põem em risco a vida dos seus profissionais. Ela constitui um obstáculo à prossecução dos fins que os infratores teriam em vista e, portanto, torna-se um “alvo a abater”.

Para John Hall citado por Marinho (2001) “a Polícia é uma profissão difícil e perigosa, um facto que é comprovado pelo número de polícias que, anualmente são mortos ou injuriados no exercício das suas funções” (p.18). A permanente exposição a riscos e perigos ou a sua mera lembrança, interfere no seu estado de ansiedade.

Para Axelbred e Valle (1998, p.3.) “o trabalho da Polícia é dos mais perigosos, psicologicamente no mundo”.

Ainda Monteiro (2001, p.7) refere que “o contexto em que a atividade policial se desenrola é iminentemente conflituoso e, portanto, gerador de situações que numa sociedade em constante mutação se tornam cada vez mais violentas” .

Perante as diversas e variadas ocorrências que vão surgindo no decorrer da sua missão, o militar da Guarda tem que necessariamente manter um elevado estado de alerta e de se mostrar sempre capaz de resolver dentro dos parâmetros legais os conflitos sociais com que se depara, como se espera de alguém que tem como profissão proteger e salvaguardar a segurança dos cidadãos e de um Estado de Direito como é o caso da Republica Portuguesa. Perante tal panorama, emerge a problemática colocada por Balestreri (1998, p.11) “ a polícia é chamada a cuidar dos piores dramas da população e nisso reside um componente desequilibrador. Quem cuida da polícia? ”.

Na conclusão final de um estudo sobre o *stress* na atividade policial desenvolvido por Violanti (1993) e citado por Silva (1999), a carreira de um polícia, neste caso concreto aplicável à de um militar da GNR, é preenchida por quatro estágios:

Estágio de alarme — 0 a 5 anos de serviço. O estágio de alarme ocorre na profissão do militar da GNR durante os primeiros cinco anos de serviço. Este comportamento é derivado ao choque com a realidade que encontra, que é bem diferente ao ambiente vivenciado enquanto cidadão civil e formando no curso de formação de Guarda/Oficial. Neste estágio o *stress* deve crescer, a medida que o profissional da GNR vai sendo exposto à missão da Guarda, face às exigências inerentes da própria missão, como por exemplo, ocorrências envolvendo cadáveres, incidentes táticos, vítimas de acidentes de viação, violência doméstica etc. O militar da Guarda percebe as exigências inerentes do trabalho e da missão da Guarda.

Estágio de desencanto — 6 a 13 anos de serviço. O estágio de desencanto ocorre geralmente durante o sexto ano de serviço e continua até sensivelmente a meio da carreira. É uma extensão do choque pela realidade experienciada nos primeiros cinco anos de serviço. A pressão imposta pela natureza do serviço, a ausência de reconhecimento pelo tipo de missão executado, as expectativas goradas em variados âmbitos, entre outros fatores, faz com que o profissional se sinta muitas vezes ineficaz e mergulhe neste estágio.

Estágio de personalização — 14 a 20 anos de serviço. No estágio de personalização, o militar da Guarda idealiza uma nova perspetiva em relação à sua missão. Constata-se que estas perspetivas surgem a meio da carreira. O militar da Guarda, fruto da experiência que foi adquirindo ao longo dos anos, assimila e adota com maior naturalidade a sua postura face às vicissitudes que o serviço apresenta. Neste estágio, constata-se que em consequência desses fatores, ocorre um decréscimo dos níveis de *stress* perante as ocorrências que lhe vão surgindo.

Estágio de introspeção — 20 anos ou mais de serviço. O estágio de introspeção é um tempo de reflexão para os militares que recordam os primeiros anos de serviço como os velhos bons tempos. Neste estágio, os militares pela experiência adquirida e com o passar dos anos sentem que cumpriram a sua missão. É provavelmente a época menos *stressante* da carreira, que continuará a diminuir durante o estágio de introspeção.

Do exposto verifica-se que a atividade policial tem intrinsecamente riscos associados, o que torna a missão da Guarda Nacional Republicana, numa tarefa bastante árdua e perigosa, na qual os militares da Guarda são inúmeras vezes confrontados com riscos para a sua integridade física ou psicológica e/ou a própria morte.

Abordaremos de seguida nos próximos dois capítulos os conceitos associados ao risco e ao perigo a que os militares da GNR estão expostos na atividade operacional.

## **2. A AGRESSÃO E AS VIOLÊNCIAS**

### **2.1 Conceitos: Agressão e Agressividade**

Pelas diversas leituras efetuadas, considera-se que o conceito de agressão pode assumir várias e diversas interpretações. Efetivamente, as agressões aos militares da Guarda no exercício de funções são uma preocupação premente da Instituição GNR, e é através do contexto formativo e de treino, que a Guarda visa preparar os seus profissionais para eventuais incidentes envolvendo agressões.

No contexto da medicina legal, o “termo agressão designa, em situações de interação, um tipo de comportamento através do qual um cidadão ofende (ataca) outro (vítima), para lhe causar dano. Nesta definição atende-se apenas ao aspeto interindividual, sem valorizar as dimensões institucionais nas quais se produzem as agressões” (Magalhães, 2004, p. 12).

Nesta perspetiva, exclui-se assim, a hipótese de uma agressão ser o resultado accidental de um determinado comportamento onde não existe vontade de causar dano no outro. Assim, é inequívoco, que para ocorrer uma agressão tem de existir, para além do agressor, uma vítima.

Neste trabalho reportaremos a agressão em função de três critérios: o da intenção do sujeito, o do objeto ou alvo a que se dirige e o da forma como se expressa.

Da agressão quanto à intenção/motivação do sujeito:

Agressão hostil: é um comportamento impulsivo, que visa causar danos ao outro, mesmo que isso não traga qualquer vantagem para o agressor (por exemplo, no decorrer de um evento desportivo, um cidadão desfere um murro num militar da GNR sem motivo aparente);

Da agressão instrumental: é um comportamento planeado (e não impulsivo), que visa obter algo (por exemplo, um cidadão desfere um murro num militar da GNR para que não seja autuado após a prática de uma infração);

Formas de agressão quanto ao alvo:

Agressão direta: dirigida contra a fonte de frustração (por exemplo, um cidadão desfere um murro num militar da GNR porque não gosta da Guarda).

Agressão deslocada: dirigida contra um alvo alheio à frustração (um cidadão provoca danos de uma viatura de um outro cidadão, porque foi autuado pela GNR).

Autoagressão: dirigida contra si próprio (o suicídio é a forma extrema de autoagressão).

Como refere Magalhães (2004, p. 12) “existem formas de agressão aceites e legitimadas socialmente (pelas normas ou pelas regras culturais), enquanto outras não o

são”. Tomemos como exemplo uma manifestação pública concertada que altere a ordem pública e onde os manifestantes atentem das mais variadas formas, nomeadamente agressões contra as forças de segurança que sejam chamadas a intervir para a reestabelecer a ordem, pode ser julgada como uma razão suficientemente importante para ignorar a gravidade de tal comportamento.

Existe uma pluralidade de interpretações resultantes do uso dos termos de agressão e agressividade que se afiguram muito próximos semanticamente, originando que as delimitações destes conceitos não estejam claramente esbatidas. O significado destes dois conceitos leva-nos a concluir que todos encerram na mesma essência: a confrontação, que implica incontestavelmente uma interação da qual se evidencia uma vítima (Ballesteros, 1993). Possuem igualmente, segundo Pain (2006, pp. 121-133) ” algo em comum: o dano ao semelhante”. Assim, para melhor compreendermos o conceito de agressividade, temos que estabelecer a diferenciação entre estes dois conceitos.

Refere o autor Lagache (1982) que a agressividade é da “ordem das disposições”, sejam estas habituais (referindo-se à personalidade e carácter do indivíduo), permanentes ou transitórias (motivação), que colocam o organismo num certo movimento. Entenda-se a agressão como “ordem das ações”, ou seja, trata-se de um comportamento ou de uma passagem ao comportamento, tendo como intuito a destruição parcial ou imparcialmente de um objeto. Assim, quando abordamos o conceito de agressividade, reportamo-nos ao sentido negativo que anteriormente referencia-mos, concluindo que agressividade é uma predisposição para agredir, mesmo não materializando esse intento.

Para os autores Laplanche e Pontalis (2004, p. 12) citados por Magalhães (2004) “A agressividade designa uma tendência especificamente humana marcada pelo carácter ou vontade de cometer um ato violento sobre outrem...”.

## **2.2 Abordagens: Violência e Trauma**

A violência praticada contra órgãos de polícia criminal, neste caso concreto contra os militares da GNR, constitui um grave problema social, pondo em causa num último reduto o equilíbrio do próprio Estado de direito. No presente objeto de estudo, é pertinente definir os conceitos de violência e trauma. Como se constata, estes conceitos mesmo não sendo lineares nem consensuais, poderão constituir contributos para a resposta à pergunta: O que pode vitimizar um militar da GNR?

Etimologicamente, a palavra violência deriva do latim *vis*, que significa força. Neste sentido, a violência será uma forma particular de força, destinada a exercer uma coação, neste caso concreto contra os militares da Guarda.

Para Martínez (2006, p.206) “quando se fala de violência, estamos perante ações que envolvem força (expressão física intensa, utilização de armas), dano (destruição), imposição (fazer alguém submeter-se a algo) e perversão moral (individual e social)”. Segundo Fischer (1994, p.14) e numa abordagem mais ampla, define violência como o “recurso à força para atingir o outro na sua integridade física e/ou psicológica”

Neste contexto, a violência, é muitas vezes a demonstração de rutura com a norma social considerada legítima, neste caso concreto da relação entre o cidadão e o militar da GNR que no exercício das suas funções é agente da força pública, autoridade e órgão de polícia, em representação do Estado.

A sociedade é constantemente confrontada de forma direta ou indireta, com casos de violência, inequívocos e graves, como por exemplo, atos de terrorismo, sequestros, homicídios, torturas, crimes sexuais ou maus-tratos entre outros. Outras situações, revestidas de menos impacto social e de propagação mediática, estão até muito futilizadas na sociedade atual, não deixando, contudo, de serem consideradas como formas de violência; é o caso dos crimes contra vida, integridade física, liberdade pessoal, honra e autoridade pública, perpetrados contra os militares da GNR no exercício de funções.

Para Magalhães (2004, p.4) as consequências pessoais da violência poderão ser resumidas em quatro áreas:

- a) As lesões mortais e não mortais, relativamente às causas, mecanismo e tipos;
- b) O impacto das consequências físicas, psicológicas e sociais nos sobreviventes;
- c) O contexto legal em que o dano resultante se organiza e resolve;
- d) As intervenções tendo em vista gerir o impacto pessoal de uma situação de violência

Na mesma linha perspetivada pela autora supracitada, o estudo das vítimas de violência fornece a compreensão do processo de vitimização e, sobretudo, das suas consequências. As vítimas não mortais podem ser apresentadas em dois contextos distintos: numa avaliação inicial, pouco depois do evento traumático (estado peri ou pós-traumático recente, no qual a vítima apresenta ainda lesões e começa a exprimir o seu sofrimento), e no momento da perícia médico-legal final (após a estabilização das sequelas e, em geral, após a alta clínica). Para a autora é neste segundo momento que a vítima evidencia as consequências dos efeitos colaterais provocados, não só a nível motor mas também a nível cognitivo.

A violência é, tal como a agressão, um comportamento que inflige ofensas (Marshall, 1983).

Numa perspetiva de conceito, o trauma, é a exposição de uma vítima a um evento, crítico ou não, que ocorre súbita e inesperadamente, de forma irreversível e que está fora

do seu controlo, não sendo por isso possível a adoção de um comportamento que vise por cobro à ameaça, ainda que direta ou indiretamente, ao seu bem-estar psicológico e/ou físico. Tal momento vivenciado, consiste numa experiência muito stressante e requer uma adaptação e assimilação adequada, sob pena de poder posteriormente originar sequelas, designadamente psicológicas.

Vários autores defendem que a definição de trauma pode variar de acordo com a perspectiva teórica e prática em que o conceito assenta. Na generalidade, quando se aborda o conceito de trauma, é remetido de imediato uma ideia que envolve um traumatismo físico, da mesma forma que quando se fala em dano corporal na medicina legal, conduz à ideia na sua vertente orgânica.

Todavia, os eventos traumáticos podem ser de variadas etiologias, não sendo necessariamente, todos eles reportados a situações de violência e, muito menos de lesões orgânicas. Mesmo que ocorram lesões orgânicas, além das consequências mais visíveis (por exemplo danos corporais), poderão ocorrer outras subjetivas, não só da exposição da vítima a um trauma, mas também, com a percepção que tem do dano corporal provocado.

Na perspectiva de Magalhães (2004, p.16) “a mudança imposta pelo trauma vivenciado, implica diversas percepções, nomeadamente a percepção de si próprio, a percepção dos outros e a percepção da vida circundante, face à exposição de emoções intensas e a assunção cognitiva da vulnerabilidade pessoal”. Ora, o militar da GNR não obstante à natureza da sua missão e a formação específica que possui, não passa incólume a estes fatores. Ainda segundo a mesma autora, todas estas formas de trauma têm consequências definitivas, com maior ou menor gravidade, que se irão delimitar e ter repercussões na vida da vítima exposta ao trauma, acrescentando que são os eventos traumáticos súbitos e inesperados, incontroláveis, fora do comum, crónicos e com culpa de terceiros, que produzem mais dificuldades psicológicas para o indivíduo que os vive.

Refere ainda que existem três elementos que transformam um evento numa situação de verdadeiro trauma: a incapacidade da pessoa para o controlar e o resultado da falta desse controlo na segurança individual; a atribuição de uma elevada valência negativa ao evento; o facto de a experiência ser inesperada.

Face à pergunta “O que pode vitimizar um militar da GNR?” Podemos argumentar que os militares da GNR no exercício de funções podem ser vitimizados por circunstâncias que lhes são adversas e que podem causar dano físico, psicológico e/ou social, situações estas que, pelas suas características podem configurar um trauma, resultando daí o risco de maior dano bio-psico-social, temporário ou permanente, para o profissional.

Sintetizando, verifica-se que para ultrapassar as alterações psicológicas provocadas pelo trauma, concorrem vários fatores, designadamente a durabilidade e amplitude do trauma vivenciado, a capacidade e a perceção do militar da GNR para ultrapassar o evento traumático, e não menos importante, o apoio de terceiros: neste caso específico, a ajuda especializada, família e amigos, camaradas e a própria Instituição GNR.

## **2.3 Teorias explicativas**

Entre outras teorias e de acordo com Mascoli (2015) verificam-se que ao longo de várias décadas vários têm sido os modelos teóricos que tentam explicar o fenómeno da violência, crime. Perspetivas que, de acordo com os diversos domínios científicos e correspondentes objetos de estudo, ora versam as perspetivas históricas, biológicas, psicológicas, ora sociológicas, ora uma conjugação das três últimas.

Para Alarcão (2006), historicamente as manifestações de violência não só remontam aos tempos primórdios da civilização humana (persistindo, aliás, ao longo dos tempos) mas também assumiram, primeiramente, um carácter físico, intenso e mesmo extremo (sanguinário e/ou mesmo, mortífero) o que nos remete, por sua vez, para o fenómeno da violência física extrema.

Desconhece-se povo, cultura ou época histórica em que a agressividade não seja um fenómeno entre grupos e no seio da própria família. Na espécie humana é comum a violência entre os seus membros. Os etologistas consideram duas formas de agressão, a intraespecífica, contra os membros da mesma espécie e a interespecífica, para com as outras espécies. Ao contrário da espécie humana que se agridem na disputa de qualquer superioridade étnica, religiosa, ideológica, económica, algumas espécies animais lutam com os seus pares de acordo com certos “códigos” aceites no grupo quer ao nível da seleção natural quer ao nível da disputa da fêmea e da liderança do grupo (Mascoli, 2015).

Na perspetiva biológica, segundo Mascoli (2015) citando vários autores, “...as primeiras conceções sobre a delinquência e o delinquente (particularmente o designado delinquente perigoso) começam por assumir um carácter bio antropológico, e foram principalmente protagonizadas por Lombroso em 1876 com a teoria do criminoso inato, um dos representantes da escola positiva italiana, sendo os outros, Ferri e Garofalo, como refere Mannheim citado por Furtuoso (2005). Segundo aquele autor, a criminalidade é um fenómeno essencialmente atávico. Shah e Roth em 1974 advogam um modelo de interação entre um organismo vivo e o seu meio ambiente, defendendo que as variáveis orgânicas constituem-se como fatores, traduzíveis em predisposições e

capacidades de resposta diferenciada em função dos estímulos do meio ambiente, psicológicos, fisiológicos, bioquímicos, genéticos e outros citado por Furtuoso (2005). De acordo com tal perspectiva não existe, qualquer ligação exclusiva de causalidade entre fatores bioantropológicos e o crime. Aliás, as mais modernas teorias bio antropológicas recusam uma explicação de tipo causal, determinista e reducionista, quer biológica, quer sociológica, e defendem o pensamento probabilístico ou mesmo sistêmico suscetíveis de integrar aspetos bio–psico–sociais, reclamando, por conseguinte, uma biopsicosociologia do crime citado por Teixeira (2000).

Na perspectiva psicológica para Mascoli (2015) dever-se-ão ter em conta as diferentes abordagens da psicologia da agressividade, dado que este conceito encontra-se intrinsecamente associado ao da violência, bem como algumas das reflexões da designada psicologia criminal, uma vez que se trata do capítulo da criminologia que encerra a perspectiva psicológica.

Segundo Cordeiro (2011, p. 45) a “violência humana resulta de uma falência das capacidades de comunicação e de negociação entre as pessoas, dependendo igualmente de uma falha da internalização da norma, do que é ou não permitido, do bem e do mal” .

Para Bandura (1973) os comportamentos de agressão são o resultado de aprendizagem, nomeadamente por observação reforçando a explicação sobre as condições de ocorrência de uma agressão, sem excluir a origem endógena do comportamento.

Em consonância com as várias perspectivas, que têm tentado compreender o fenómeno da agressão, ora dão mais ênfase aos processos de aprendizagem e experiência, cognitivos ou afetivos, ora aos determinantes externos e internos. As teorias da agressão humana atribuem tanto à sua instigação como à regulação a mecanismos intrapsíquicos que podem ultrapassar a capacidade de controlo da pessoa (Cordeiro, 2011). De acordo com as teorias mecanicistas, a agressividade constitui-se numa reação a um ou mais estímulos, adquirida através de mecanismos de condicionamento, pressupondo, por conseguinte, a existência de estímulos suscetíveis de desencadear agressividade. A maior parte desses estímulos são aprendidos a partir de situações precedentes, tratando-se da aprendizagem mais fácil de adquirir e também da mais duradoura no tempo.

Segundo as teorias cognitivas e o *modeling behavior*, a agressividade aprende-se através da imitação de modelos com grande significado afetivo, operando-se, por sua vez, tal processo através das experiências vividas, como agradáveis ou desagradáveis, pelo próprio sujeito, que as seleciona e lhes atribui significado (Furtuoso, 2005).



Segundo Dollard, Doob, Miller, Mowrer e Sears (1939, pp. 239-273) e Lewin (1935), “os estímulos e os modelos que levam à agressão só têm efeito sobre os sujeitos cujo sistema de motivações (necessidades, desejos e aspirações insatisfeitos) conduzam a tal”. Dollard *et al* (1939) sustentam a tese central de que o comportamento agressivo de um sujeito é resultado de frustrações sofridas anteriormente por esse mesmo sujeito e, reconhecem que nem todas as frustrações conduzem à agressão, isto é, um indivíduo pode vivenciar frustrações e não vir a manifestar comportamentos agressivos.

A hipótese frustração-agressão remete para uma relação inata entre frustração, estímulo antecedente, e a agressão. Onde, nesta perspectiva todo o comportamento de agressão seria consequência da frustração. No entanto a investigação sugere coisa diferente. Berkowitz (1962) considera que a frustração só provoca a agressão se a estimulação aversiva produzir um estado de cólera, que irá aumentar a disponibilidade para responder por meio de agressão em situações adequadas perante a presença de estímulos evocadores da agressão, e não é só a frustração que provoca a agressão, mas também o insulto, o ataque, as ofensas ao amor-próprio, à dignidade e à reputação.

Pese embora a hipótese frustração-agressão constituir uma posição teórica relevante, designadamente no campo da criminologia, vários autores, consideram que a frustração enquanto obstáculo posto à ação dos indivíduos (...) não suscita nestes uma tendência para agir de modo mais agressivo que indivíduos que não sofreram frustrações (Glória, 1981). No quadro da chamada psicologia criminal, Dias e Andrade (1992) destacam, no âmbito das teorias psicodinâmicas, também a teoria do condicionamento de Eysenck e as criminologias psicanalíticas.

Segundo a teoria do condicionamento de Eysenck (1977) “, a propensão para o crime é universal, mas geralmente contrariada pela consciência; esta é perspectivada como um sistema de respostas condicionadas pela moral, adquirida durante a infância e a adolescência, sendo a aprendizagem social reduzida ao modelo pavloviano do condicionamento e a socialização encarada como um processo de aquisição de respostas condicionadas” citado por Dias e Andrade (1992, p.222).

Na perspectiva sociológica-criminológica, Ferri em 1878, representante da perspectiva sociológica da escola positiva italiana, distinguiu-se, entre outras coisas, pela importância dada ao elemento social, o que sustentou, em parte, a sua Teoria Multifactorial do Crime, isto é, o crime não tinha uma causa única, mas sim um conjunto de causas, que, embora interligadas, eram suscetíveis de identificação – individuais ou antropológicas, físicas ou naturais e sociais.

Na compreensão desse fenómeno o fator social ou, mais especificamente, as modificações sociais explicavam o crime. Indicador do relevo dado ao elemento social, é o facto de na sua teoria da imputabilidade, publicada em 1878, ter proposto a

substituição do termo responsabilidade criminal pelo de responsabilidade social. A sua teoria é já anunciadora de um postulado determinista não endógeno, ou melhor, exógeno, pois as causas ou fatores do crime estão também sobretudo nos elementos exteriores ao próprio indivíduo, designadamente nos aspetos políticos, económicos e sociais.

No quadro desta perspetiva da escola positiva italiana, não só se descobriu a correlação entre certas variáveis não espacialmente dependentes e o fenómeno do crime por exemplo, o género (os homens atingiam taxas mais elevadas de criminalidade do que as mulheres); a idade (o crime encontrava-se associado à juventude, alcançando o ponto máximo na adolescência ou início da idade adulta), como também muitas das suas descobertas recaíram em variáveis espacialmente dependentes por exemplo, a cidade, o campo, certos bairros dentro da cidade, ganhando uma certa consistência a geografia do crime e do criminoso, a geografia dos alvos (Brantingham & Brantingham, 1981).

Brantingham e Brantingham (1981) referem que merece também particular menção a Escola Franco-Belga e as descobertas fundamentais que os seus protagonistas Guerry em 1833 e Quetelet em 1842 efetuaram sobre o estudo do crime, antecipando-se, sobretudo pela abordagem ecológica e cartográfica (Escola de Chicago). Assim, segundo Brantingham e Brantingham (1981), focados nos estudos dos guetos, as suas descobertas assentaram basicamente nos seguintes aspetos: i) Os crimes não eram homogeneamente distribuídos através das diversas zonas do país (alguns tinham taxas muito altas, outros muito baixas e a maioria situava-se entre os dois extremos); ii) Os padrões do crime violento e do crime contra a propriedade diferiam substancialmente, de acordo com a variável espacial, as cifras dos crimes contra a propriedade eram mais altas nos centros industrializados e urbanizados, enquanto as dos crimes violentos eram mais altas nos centros rurais; iii) Estes padrões gerais eram estáveis no tempo; iv) Comparando o fenómeno do crime ou da criminalidade, nos diversos países da Europa, concluíram que as diferenças principais não residiam nas leis desses países, mas sim na variável espacial.

Esta teoria tornava-se, assim, tanto ao nível nacional como multinacional, um facto a requerer explanação. Acresce ainda, de acordo com a variável espacial, comparando os dados do crime com outros dados respeitantes aos habitantes dessas áreas, crime e outros fenómenos ou problemas, alta densidade populacional, pobreza, falta de instrução, parecem estar associados, sugerindo-se, assim, uma certa etiologia criminal. Aqui as questões criminais encontram-se centradas no autor do crime, pondo-se em prática uma investigação descritiva, que realçava factos e regularidades empíricas, a carecerem de um quadro teórico explicativo.

A hipótese central da Teoria das Atividades Rotineiras Cohen e Felson (1979, p. 590) fará algum sentido na compreensão do ilícito, mas não explica “o crime” e vem referir que: “a probabilidade de uma violação ocorrer num qualquer local e momento específicos pode ser encarada como uma função da convergência de potenciais criminosos e alvos adequados na ausência de guardiões capazes” citado por Mascoli (2015).

Felson (2002, p. 21) salienta que “os guardiões mais significativos na sociedade são os cidadãos comuns envolvidos nas suas rotinas quotidianas. Um guardião não é geralmente alguém que brande uma arma ou ameaça um ofensor com um castigo rápido, mas antes alguém cuja mera presença serve para discretamente recordar que alguém está a ver. Com um guardião presente, o ofensor evita a tentativa de levar a cabo um crime” citado por Mascoli (2015).

Para este autor a palavra “violação” em lugar da palavra crime. Este considera que a palavra crime é ambígua, podendo referir-se a um evento singular ou a uma categoria geral, enquanto a palavra “violação” se refere diretamente a um evento. As palavras “incidente” e “evento” são também preferidas, no lugar da palavra crime, e a expressão de “contacto direto” é utilizada para enfatizar a preocupação com o contacto físico direto entre o ofensor e o alvo. A palavra vítima é substituída por “alvo”, para evitar as implicações morais da palavra vítima, e para lidar com pessoas e bens da mesma forma, como objetos, como uma posição no tempo e no espaço. Finalmente, a palavra motivação é substituída por “inclinação”. Assim, desde o início, esta abordagem estabelece uma clara distinção entre “inclinações” criminais e “eventos criminais”. Os “eventos criminais” são centrais à abordagem das atividades rotineiras; embora não negue a existência de inclinações criminais, estas são tomadas como dado adquirido (Clarke & Felson, 1993).

Brantingham e Brantingham (1981) consideram o crime um evento complexo, que ocorre quando quatro elementos concorrem: i) uma lei, ii) um ofensor, iii) um alvo e iv) um local. Estes quatro elementos (lei, ofensor, alvo e local) constituem as quatro dimensões do crime, e devem ser compreendidos e interpretados em relação a um pano de fundo complexo, histórico e situacional, de características sociais, económicas, políticas, biológicas e físicas que estabelecem o contexto em que todas as dimensões do crime estão contidas. “Sem uma lei não existe crime. Sem um ofensor, alguém que infrinja a lei, não existe crime. Sem um objeto, alvo ou vítima, não existe crime. Sem um lugar no tempo e no espaço onde os restantes três se encontrem, não existe crime” (Brantingham & Brantingham, 1991, p.7).

Dias e Andrade (1992) referem que os trabalhos de pesquisa de Thomas, Park e Burgess em 1916, 1918, 1921 e 1929 refletem duas grandes linhas de orientação teórica

e metodológica: i) a perspetiva epidemiológica ou sociológica e ii) a perspetiva psicossociológica.

A primeira estuda o crime enquanto fenómeno sociológico e estatístico, dando relevo à recolha de dados estatísticos e de instrumentos cartográficos, enquanto a segunda se debruça sobre a experiência individual do autor do crime e das suas respostas às pressões ambientais, privilegiando os estudos biográficos individuais.

Bronfenbrenner na sua teoria de desenvolvimento humano, no final da década de 70, privilegia o estudo em ambientes naturais e considera as múltiplas influências dos contextos em que os sujeitos vivem, visando apreender a realidade de forma abrangente, tal como é percebida pelo ser humano no contexto em que habita (Bronfenbrenner, 1977; 1996).

O modelo socio ecológico integra vários fatores de risco que a investigação sobre o fenómeno tem vindo a referenciar, bem como diversas perspetivas teóricas que têm sido desenvolvidas. Os fatores de risco não contribuirão da mesma forma e com o mesmo peso para a ocorrência da violência. Neste sentido considera-se pertinente a designação de fatores de risco em “consubstanciados” e “plausíveis” Lachs e Pillemer (2004) citado por Gil, et al. (2014). Os fatores consubstanciados serão os fatores de risco que apresentam consistência empírica em termos de investigação. São determinantes da vítima, do ofensor e do contexto social que potenciam o risco de ocorrência da violência citando Mascoli (2015).

Por fim ao terminar o enquadramento teórico sobre os principais conceitos e teorias que suportam esta investigação abordaremos o conceito de vítima e as consequências para o militar da GNR.

### **3. VÍTIMA E VITIMOLOGIA: CONSEQUÊNCIAS NO MILITAR DA GNR**

#### **3.1 O conceito de vítima**

A definição da palavra vítima vem do latim *victima*, e entende-se por regra que é toda a pessoa que é sacrificada nos seus interesses, que sofre um dano ou é atingida por um qualquer mal. Neste trabalho é abordado o conceito de vítima numa perspetiva penal e numa perspetiva da medicina legal.

Quanto à terminologia penal e sem fugir ao sentido comum, vítima designa o sujeito passivo de um crime. Nos diversos textos consultados, percebe-se que durante o século XX, à luz da lei processual penal Portuguesa, os interesses da vítima foram relegados para segundo plano, imperando o estatuto do arguido e os seus direitos e deveres.

Recentemente e resultante das reformas penais e processuais operadas, o papel da vítima no ordenamento jurídico-penal têm vindo a obter protagonismo. No entendimento dos legisladores, um processo penal que ignore as vítimas de crimes, não realiza o objetivo de justiça penal, nem no sentido ideal, nem na dimensão material do Estado de Direito, assente sobre o respeito e a dignidade das pessoas. A vítima passou a ser considerada sujeito do processo e destinatária de medidas de proteção. Ainda na perspetiva do direito, as vítimas surgem em regra como ofendidos. Esta condição de ofendido permite em alternativa ou cumulativamente, um estatuto processual de assistentes ou uma intervenção mais restritiva, como simples lesados – as pessoas que sofreram os danos civis provocados pelos factos penalmente relevantes. O epicentro da legitimidade para a constituição de assistente foca-se na figura do ofendido.

Corroborando o descrito em supra, o estatuto de vítima é de tal forma relevante, que a “Comunidade Europeia”, publicou em 14 de novembro de 2012 no Jornal Oficial da União Europeia uma diretiva<sup>15</sup>, que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade. “Esta diretiva tem como objetivo central garantir que as vítimas da criminalidade beneficiem de informação, apoio e proteção adequados e possam participar no processo penal e constitui um bom exemplo de um direito Penal moderno, preocupado não apenas com a perseguição penal e condenação dos autores de crimes, mas sobretudo virado para a proteção das vítimas desses crimes.”

Atualmente, resultante destas orientações, no disposto do artigo 67.º-A do CPP<sup>16</sup>, considera-se vítima “... *A pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou psíquica, um dano emocional ou moral, ou um dano patrimonial, diretamente causado por ação ou omissão, no âmbito da prática de um crime...*”.

Assim, e como não poderia deixar de ser, este estatuto é igualmente extensível e aplicável aos militares da Guarda vítimas de crimes no exercício das suas funções.

Na sua monografia Andrade (1980, p.36), defende um conceito restrito de vítima, coincidente com o conceito restrito de ofendido, no qual cabe apenas a pessoa diretamente atingida pelo crime. Entendeu que não era congruente identificar a vítima com abstrações como a “ordem jurídica”, “moral” ou “económica” pois nem todo o crime tem uma vítima. Define assim vítima como “toda a pessoa física ou entidade coletiva diretamente atingida, contra a sua vontade, na sua pessoa ou no seu património, pelo facto ilícito”.

---

<sup>15</sup> Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012 publicada em 14 de novembro de 2012 no Jornal Oficial da União Europeia

<sup>16</sup> Lei n.º 130/2015 de 04 de setembro de 2015 que procede à vigésima terceira alteração ao Código de Processo Penal e aprova o Estatuto da Vítima

O termo vítima, é frequentemente utilizado em criminologia e na medicina legal mas raramente no direito, que prefere os termos ofendido, pessoa ofendida, parte lesada ou, ainda, sujeito passivo do crime, entendido como titular do bem jurídico tutelado da norma incriminatória violada.

Numa perspectiva da medicina legal, segundo Viano, citado por Magalhães (2004, (p.20), para dar resposta às perguntas: Quem deve ser considerada vítima? Quando deve uma pessoa ser considerada vítima? Podemos distinguir quatro níveis:

1º nível - O indivíduo experimenta um dano e sofrimento causado por outra pessoa ou instituição, sem o entender como uma forma de vitimação;

2º nível - Alguns desses indivíduos entendem esse dano como imerecido e injusto e sentem-se vítimas;

3º nível - Outros, ainda, sentindo-se lesados ou vitimizados, tentam encontrar alguém (familiar, amigo, profissional, autoridade) que reconheça essa vitimação e o dano sofrido;

4º nível - Destes, os que encontram reconhecimento para o seu estatuto de vítima tornam-se “oficialmente” vítimas, podendo beneficiar de vários tipos de apoio.

De uma forma mais generalista, uma vítima, não tem de que ser obrigatoriamente alvo de uma agressão física (lesão orgânica), é aquele que é sujeito a uma ofensa na sua integridade física e/ou psicológica.

Muitos militares da GNR são vítimas não só destas ocorrências, mas também da forma como subsequentemente são tratados pelas estruturas a que têm de recorrer (de justiça, de saúde, por exemplo) e pela comunidade em geral. Nesta dissertação, centra-se a investigação na caracterização do militar da GNR enquanto vítima de crimes contra as pessoas e contra autoridade pública no exercício de funções.

### **3.2 Vitimologia**

A palavra vitimologia, deriva da junção de *victima* do latim e *logos* do grego e para muitos autores, é o estudo da vítima no que se alude à sua personalidade, seja no âmbito psicológico, biológico, social, quer o da sua proteção social e jurídica, bem como dos meios de vitimização, e a sua inter-relação com o vitimizador (agressor) e aspetos interdisciplinares e comparativos. Dito de outro modo, vítima é a pessoa que sofre danos orgânicos ou não orgânicos (económicos, físicos ou psíquicos), podendo ser pessoa física ou pessoa jurídica, ou seja, é a pessoa a quem é cometido um crime.

Para Mendelsohn (1956), a definição da vitimologia assenta em cinco pontos principais:

- 1º) O estudo da personalidade da vítima e dos seus atos que possam contribuir para a vitimização;
- 2º) A identificação das características psíquicas da vítima e do agressor que contribuem para a ocorrência de vitimizações;
- 3º) A análise da personalidade das vítimas cujo ato de vitimização não dependeu de terceiro;
- 4º) O esforço de identificação da propensão à vitimização;
- 5º) A busca de formas de minimização do sofrimento da vítima e de prevenir novas vitimizações.

Ainda o mesmo autor, através da definição de grau de culpa, ao correlacionar vítimas e agressores deu um contributo fundamental para a perceção social de ambos os intervenientes, os papéis desempenhados e as consequências do acto.

Também Fattah (2000) contribuiu para a definição do conceito de vitimologia, ao distinguir dois tipos de abordagens distintas mas que se convergem: a vitimologia teórica e a vitimologia aplicada. O mesmo autor refere que a *“vitimologia teórica é o estudo das vítimas de crime, as suas características, as suas interações e relações com os criminosos e do seu contributo para a ocorrência do crime. Pelo contrário, a vitimologia aplicada é a aplicação do conhecimento através do estudo e da pesquisa já junto das vítimas, prestando-lhes auxílio através de mecanismos de apoio ou mesmo através da prevenção”* (Fattah, 2002, p. 25).

Considera-se ainda dentro do processo de vitimização *iter victimae*”, que existem três graus de diferenciação e de impactos:

- i) Vitimização primária - onde os efeitos diretos são decorrentes da prática de um crime (orgânicos, psicológicos, danos patrimoniais) sofridos pela vítima;
- ii) Vitimização secundária - que ocorre do tratamento sofrido pelo controle social formal – o processo penal causa sofrimento acrescido na vítima (quando a vítima tem que reviver o crime para prestar declarações);
- iii) Vitimização terciária - onde a falta de suporte social da família, sociedade e órgãos públicos vitimizam uma vez mais a vítima. Por fim importa referir a noção de vítima indireta, pois não sendo a vítima-alvo, é aquela que sofre por estar ligada à vítima primária.

Subsequentemente, reflectiremos sobre os impactos causados pela prática dos crimes perpetrados contra os militares da GNR no exercício de funções.

### **3.3 O militar da GNR enquanto vítima**

#### **3.3.1 Impacto e consequências**

Uma vez que da revisão sistemática da literatura efetuada, não foram encontrados estudos científicos sobre o impacto e as consequências dos crimes, no militar da GNR enquanto vítima no exercício de funções, é imprescindível que se imponham algumas reflexões críticas com base nos trabalhos científicos do colégio científico sobre as consequências deste tipo de vitimização nas vítimas em geral.

A prática de um crime contra a integridade física, liberdade pessoal, honra e autoridade pública, perpetrados contra os militares da GNR no exercício de funções, pode constituir um trauma para o profissional que a sofre, podendo obviamente resultar em graves consequências para o próprio, para os seus familiares, para a Instituição e respetivo Estado e, até, para a própria sociedade. Contudo, em determinadas circunstâncias, a situação, ainda que com contornos violentos, pode ser ultrapassada pelo profissional, sem consequências importantes, não chegando por vezes, sequer, a ser experienciada como traumática.

Ainda na perspetiva do impacto e consequências, Feldman (1993) enumera como principais consequências psicológicas da vitimização a depressão, ansiedade, paranoia, falta de controlo, vergonha, vulnerabilidade, humilhação, tristeza, inquietude, tensão, mal-estar e medo.

O mesmo autor refere ainda, que poderão existir também consequências ao nível interpessoal, como: a vítima poderá tornar-se insensível para com os outros, poderá procurar o isolamento e poderá ter dificuldades de se relacionar com os amigos, colegas ou família.

O impacto e as consequências no polícia vítima de agressão, deu origem a um estudo realizado em Inglaterra pelo *The House of Commons Home Affairs Committee* (1995) que tinha como objetivo perceber porque é que vários polícias vítimas de crimes (crimes contra a integridade física) reagem de formas consideravelmente distintas.

No final do estudo, concluíram que “ as agressões físicas nem sempre produzem danos. Na realidade o facto de um polícia ser brusca e violentamente empurrado constitui uma agressão; esta conduta é sem dúvida uma conduta criminal, porém tem pouco impacto no bem-estar do agente agredido.”

Para Breakwell (1989), os efeitos produzidos pelo facto de se ser agredido, interferem de alguma forma em certos aspetos da atividade profissional. Segundo ele, a resposta emocional à agressão é o medo, seguido da surpresa, da cólera e de algum sentimento de culpa.



Depreende-se então, que de certa forma, são os crimes contra a integridade física que provoquem resultados mais graves, originam maior impacto ao nível do desempenho profissional. Ainda de acordo com Breakwel (1989), as reações típicas à agressão física, manifestam-se em quatro fases:

Fase Crítica – (volvidos 90 minutos após a agressão) esta fase é caracterizada por uma tensão gradual sobre o corpo, seguida de uma exaustão física e mental.

Depressão pós- crise – o militar agredido interpreta a agressão como desumana e degradante e, sob um estado de depressão, considera que não tem aptidão nem vocação para o desempenho da sua atividade profissional. Neste caso, a depressão é geralmente associada com problemas de sono e sentimentos de desânimo (apatia, desmotivação, falta de vontade).

Efeitos a médio prazo – o militar agredido teme uma nova agressão manifestando-se num medo exagerado do público ou de situações onde as agressões são prováveis. Sentem-se também preocupados com novas situações ou contactos interpessoais, mostrando-se pouco disponíveis para os encarar, pois não querem sujeitar-se a um novo risco. Geralmente, sentem-se receosos quando os cidadãos se aproximam deles.

Efeito a longo prazo – nesta fase, que pode ter maior ou menor durabilidade consoante a reação do militar ao evento traumático, caracteriza-se pelo facto de os militares sentirem medo cada vez que reavivam a situação da agressão, e evitarem quaisquer lembranças ou estímulos a ela associados.

Para os autores como Brown e Campbell (1994), constitui-se como um evento traumático, o facto de o militar da Guarda ser ele próprio vítima, neste caso de agressão física. Como consequência, o militar da Guarda ao vivenciar este tipo de ocorrência que se caracteriza por momentos de alta tensão onde advém o receio e/ou risco para a sua própria segurança e bem-estar pode desenvolver a pior das consequências resultantes dessa vivência: a perturbação pós-Stress traumático (PTSD).

### **3.3.2 A Perturbação Pós-stress Traumático (PTSD)**

A Perturbação Pós-Stress Traumático (PTSD) será um distúrbio psiquiátrico que ocorre em pessoas que experienciaram ou testemunharam situações de risco de vida ou de risco para a sua integridade física e psíquica, o que face à inerência da sua missão, acontece quotidianamente na vida dos militares da GNR.

Para o autor Serra (2003), a Perturbação Pós-Stress Traumático é considerada um transtorno mediado pela ansiedade que surge, após um indivíduo ter estado exposto a um trauma psicológico.

A PTSD apresenta-se como uma das consequências mais relevantes e comuns a nível psicológico e psiquiátrico, sendo caracterizada por sintomas de medo e horror intenso desencadeados por um acontecimentos psicologicamente angustiante que envolva uma ameaça real ou percebida à integridade física do indivíduo (Hien, Litt, & Cohen, 2008).

O facto precipitante pode, afetar um só profissional (uma agressão física violenta contra um militar da Guarda) ou mais que um, consoante a situação (desastre natural ocorrido durante um evento desportivo em que as forças da GNR estejam enquadradas).

No que concerne a aspetos etiológicos, as suas causas podem ser naturais (um terramoto), acidentais (uma colisão automóvel) ou intencionais (uma manifestação com recursos à violência física praticada contra os profissionais das forças de segurança presentes). Inicialmente, pensava-se que a PTSD se desenvolvia após a ocorrência de um único incidente traumático. Para Serra (2003), sabe-se atualmente que pode igualmente surgir em consequência de múltiplos traumas que vão surgindo ao longo da vida de um indivíduo, argumentando ainda que a PTSD é um dos problemas de saúde pública mais importantes do mundo inteiro.

Como já foi referido, sabe-se que não são apenas as vítimas diretas de um acontecimento que desenvolvem PTSD. Também os indivíduos que testemunham o acontecimento podem desenvolver PTSD. Num passado recente, passaram a ser considerados como acontecimentos traumáticos, o tomar conhecimento da morte violenta ou inesperada de alguém, a ameaça de morte vivida por um familiar ou amigo, com quem tinha elos afetivos fortes.

Os militares da Guarda por inerência da missão que desenvolvem, depararam-se diariamente e de forma reiterada com ocorrências susceptíveis de se caracterizarem como acontecimentos traumáticos e/ou psicologicamente angustiantes, podendo obviamente sofrer desta consequência.

Em conclusão, para se identificar sinais ou sintomas de PTSD, é necessário apresentar três tipos de sintomas, com a durabilidade de pelo um mês: i) revivenciar a experiência traumática (pensamentos intrusivos, pesadelos recorrentes, etc.); ii) evitamento e embotamento afetivo (evitamento de situações ou pessoas relacionadas com o trauma, etc.) e iii) hipervigilância (problemas de sono, irritabilidade, reação de alarme hiperativa etc.) (Guerreiro *et al*, 2007).

Subsequentemente e numa perspetiva do enquadramento legislativo, faremos uma abordagem jurídico-legal sobre a problemática do militar da GNR enquanto vítima de crimes contra as pessoas e contra autoridade pública no exercício de funções, visando a simbiose da relação dos crimes aqui estudados e respetiva ressonância criminal com a missão desenvolvida pelo militar da GNR.

## 4. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

### 4.1 Abordagem jurídico-legal

Ao abordarmos a problemática do militar da GNR enquanto vítima de crimes contra as pessoas e contra autoridade pública no exercício de funções, é essencial fazer-se uma abordagem jurídico-legal, de forma a enquadrar a relação dos crimes aqui estudados e a missão desenvolvida pelo militar da GNR.

Assim e numa primeira abordagem, importa desde já referir que o militar da GNR é obrigado a denunciar os crimes de que tomar conhecimento, conforme o preceituado no CPP<sup>17</sup> “...A denúncia é obrigatória, ainda que os agentes do crime não sejam conhecidos: a) Para as entidades policiais, quanto a todos os crimes de que tomarem conhecimento...”.

Neste trabalho, aplica-se o termo de “participação criminal” ao auto de notícia<sup>18</sup> “...um órgão de polícia criminal ou outra entidade policial...levantam ou mandam levantar auto de notícia...”, que é um relato expresso da ocorrência, onde é mencionado o dia, hora e local, as circunstâncias em que o crime foi cometido, identificação dos agentes e dos ofendidos, meios de prova conhecidos e testemunhas, que depois de elaborado é obrigatoriamente remetido ao Ministério Público no mais curto prazo, que não pode exceder 10 dias.

Neste sentido, ao abordarmos o conceito de crime, importa salientar que o Código de Processo Penal Português<sup>19</sup> define como crime “...o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais”.

O crime pode ser considerado como uma manifestação da tendência antissocial, derivando da transgressão das normas jurídico-legais estabelecidas para uma determinada sociedade e numa determinada época.

Neste conceito, ressalta desde logo que, a adoção de determinado comportamento como crime por um determinado cidadão, culmina necessariamente, no seu enquadramento jurídico. Este acervo jurídico impõe uma série de opções de política criminal relativas à definição e hierarquização dos valores sociais fundamentais da sociedade e das vias instrumentais para os proteger, definindo o conjunto de pressupostos de que depende a verificação de uma consequência ou de um efeito jurídicos e estabelecendo as reações ou sanções que ao crime se encontram juridicamente ligadas. O Direito Penal constitui, pois, do ponto de vista formal (como emanção do exercício da função legislativa do Estado) e institucional (como conjunto de

---

<sup>17</sup> Art.º 242.º do Código de Processo Penal

<sup>18</sup> Art.º 243.º do Código de Processo Penal

<sup>19</sup> Definições legais: al. a) do art.º 1 do Código de Processo Penal

normas cuja aplicação se impõe às instituições do poder judicial), a linha da frente da reação social ao crime, cujo estudo é fundamental para a justificação e legitimação das respostas que a sociedade escolhe dar aos comportamentos desviantes ou desalinhados. O crime, comumente expressado como toda a conduta que viola o Código Penal prevalecente na jurisdição em que ocorre e, obviamente, quando tal é devidamente provado, o crime assim entendido está dependente de uma valoração jurídica.

Subsidiariamente, quando se aborda o conceito de crime, tem-se que associar um conjunto de normas jurídicas que firmam os pressupostos de aplicação de determinadas reações legais: as reações criminais, que englobam as penas e as medidas de segurança.

Encontramos na Constituição da República Portuguesa<sup>20</sup>, parâmetros constitucionais perfeitamente definidos, estabelecendo os limites ao arbítrio da definição de condutas materializadas em crime ou não. Determinadas condutas, podem constituir crimes que ofendam um conjunto de valores que são fundamentais à pessoa humana para a sua subsistência, afirmação com autonomia e dignidade, ou os valores indispensáveis ao funcionamento da legalidade democrática das instituições democráticas, e é em resultado dos parâmetros supracitados que o legislador pode catalogar determinado comportamento como crime.

A tipicidade, ilicitude e a culpa são denominadores comuns do conceito de crime. Em consequência, assistimos a diversos autores defenderem que o comportamento criminal é típico, ilícito e culposo. Percebemos ainda, que um crime é construído por uma determinada conduta e que tal conduta seja lesiva dos interesses protegidos e que tenha sido praticado com culpa.

De acordo com o Código Penal Português<sup>21</sup>, para que resulte a ilicitude de uma conduta, não é suficiente a materialização da conduta e a consequente subordinação a um enquadramento legal: é necessário que ela não ocorra num tipo de causa que exclua a ilicitude da conduta, nomeadamente: a legítima defesa, o exercício de um direito, o cumprimento de um dever imposto por ordem legítima da autoridade, o consentimento do ofendido, o direito de necessidade, o conflito de deveres, o consentimento presumido e outras causas justificativas que eventualmente resultem da ponderação dos valores em conflito na situação concreta. Quanto à culpa, esta emerge do juízo segundo o qual o cidadão deveria proceder de acordo com a lei, porque podia atuar de acordo com ela, o que pressupõe a liberdade de decisão para a prática da sua conduta. Acrescenta-se ainda, que com a liberdade de decisão para a prática da sua conduta, emergem-se

---

<sup>20</sup> Art.º 18º da Constituição da República Portuguesa

<sup>21</sup> Título II do Livro I (Parte Geral) do Código Penal

outras questões relacionadas com a imputabilidade, do erro sobre as circunstâncias do facto e sobre a ilicitude.

Os crimes perpetrados contra os militares da GNR no exercício de funções, dependem também da amplitude destes denominadores, para que posteriormente se materialize uma condenação ao alegado agressor(es)/autor(es) pelo crime praticado. Este percurso jurídico-legal, apela impreterivelmente à jurisprudência existente sobre esta matéria.

## 4.2 Jurisprudência

Ao versarmos sobre o enquadramento legislativo, a fim de clarificar alguns aspetos dúbios, recorreremos evidentemente à jurisprudência existente, relativamente aos crimes abordados neste estudo, nomeadamente os crimes: Contra a vida (Homicídio), Contra a integridade física (Ofensa à integridade física), Contra a liberdade pessoal (Ameaça, Coação), Contra a honra (Difamação, Injúria), Contra a autoridade pública (Resistência e Coação sobre Funcionário, Desobediência).

Sinteticamente e como questão mais relevante, ao analisarmos a prática de um crime contra a vida (homicídio) perpetrado contra um militar da GNR no exercício de funções, verifica-se desde logo que o legislador salvaguardou no CP<sup>22</sup>, um agravamento da moldura penal com a qualificação prevista em relação ao crime de homicídio simples “...Se a morte for produzida em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade...é suscetível de revelar a especial censurabilidade ou perversidade..., entre outras, a circunstância de o agente praticar o facto contra...agente das forças ou serviços de segurança...”.

Relativamente ao crime contra a integridade física (ofensa à integridade física) perpetrado contra um militar da GNR no exercício de funções, ressalta desde logo o seguinte com um dilema que importa clarificar. De acordo com o Ac. do TRP de 30/11/2011 (Eduarda Lobo)<sup>23</sup>, “a ofensa à integridade física na pessoa de um agente da autoridade, em pleno exercício de funções, em lugar público e após o ofendido (juntamente com outros guardas da GNR) ter feito uma solene advertência ao arguido, merece uma censurabilidade especial: a reação do arguido revela um especial “desvalor”, na medida em que traduz uma atitude de especial desprezo para com a função da vítima e o poder de autoridade de que esta está investida naquele preciso momento, atitude essa que merece, por isso, uma censura especial.”

---

<sup>22</sup> Al. I) do n.º 2 do Art.º 132.º do Código Penal

<sup>23</sup> URL: <http://www.dgsi.pt> (consultado em 10/05/2017)

Para o legislador e como se verifica, é inequívoco que um crime contra a integridade física perpetrado contra um militar da GNR no exercício de funções, é extremamente grave, não só pelas consequências nefastas produzidas contra o militar da GNR enquanto ser humano, mas também porque é consumado um atentado aos princípios basilares de um Estado de direito, na qual o militar da GNR representa.

Importa referir ainda, que de acordo com o Ac. Do TRE de 18/02/2014 (Renato Barroso)<sup>24</sup>, “a violência a que alude o art.º 347.º do Código Penal<sup>25</sup> não tem de ser grave e nem sequer tem de consistir em agressão física, bastando que exista uma simples hostilidade, idónea a coagir, impedir ou dificultar a atuação legítima das autoridades...”, contudo constata-se ainda nesta abordagem da jurisprudência, o Ac. Do TRE de 03/02/2015 (Martinho Cardoso)<sup>26</sup>, “...Se a expressão ameaçadora “eu mato-te” ocorre no conjunto dos atos de resistência à autoridade policial, a mesma integra-se no processo de resistência e coação, sendo o concurso de crimes meramente aparente e devendo a punição ser obtida na moldura penal do tipo legal que integra o sentido de ilícito dominante, ou seja, do crime de resistência e coação sobre funcionário, que consumirá as ameaças...”

Face ao supracitado, havendo este concurso aparente de infrações depreende-se que a grande maioria dos crimes contra a liberdade pessoal, nomeadamente o crime de Ameaça e o crime de Coação perpetrados contra os militares da Guarda no exercício de funções, estando preenchido os pressupostos elencados, deve a punição ser obtida na moldura penal do tipo legal que integra o sentido de ilícito dominante, ou seja, do crime de resistência e coação sobre funcionário, que consumirá as ameaças.

É extremamente relevante ainda, acrescentar a esta análise, o reproduzido no Ac. Do TRC de 14/09/2016 (Fernando Chaves)<sup>27</sup> “...No crime de resistência e coação sobre funcionário, o bem jurídico que a lei quis especialmente proteger é o interesse do Estado em fazer respeitar a sua autoridade e a liberdade de atuação do seu funcionário ou membro de força armada...” Posto isto, percebe-se que é intenção do legislador, a preservação da autonomia Estado, evitando-se assim, que o exercício da autoridade pública para o cumprimento do variado acervo legislativo seja posto em causa.

Ainda nos crimes contra a Autoridade Pública, outro crime que é referido, é o crime de Desobediência<sup>28</sup> “...Quem faltar à obediência devida a ordem ou a mandado legítimos, regularmente comunicados e emanados de autoridade ou funcionário competente, é punido com...” Citando Eiras e Fortes (2010), “...De uma forma assertiva, a obediência é o “comportamento através do qual alguém acata as ordens recebidas...”

<sup>24</sup> URL:<http://www.dgsi.pt> (consultado em 10/05/2017)

<sup>25</sup> n.º1 do Art.º 347.º do Código Penal

<sup>26</sup> URL:<http://www.dgsi.pt> (consultado em 10/05/2017)

<sup>27</sup> URL:<http://www.dgsi.pt> (consultado em 10/05/2017)

<sup>28</sup> Art.º 348.º do Código Penal

Contundo, o Ac. Do TRC de 18/09/2013 (Abílio Ramalho)<sup>29</sup>, “... Pratica o crime de desobediência qualificada ... arguido que recusa identificar-se aos agentes da GNR que lhe ordenaram essa identificação em consequência da prática de uma contra-ordenação ...”.

Em conclusão, constata-se que no acervo legislativo existente sobre esta temática, é expressa uma preocupação relevante por parte do legislador em salvaguardar duas questões: a primeira reporta-se ao militar da GNR enquanto cidadão e a segunda mais abrangente que é a preservação da autonomia Estado. Abordaremos de seguida as garantias de defesa e de proteção jurídica dos militares da GNR.

#### **4.3 Garantias de defesa e proteção jurídica ao militar da Guarda**

Atualmente, a instituição GNR prevê que os seus profissionais usufruam de proteção jurídica conforme o preceituado no seu Estatuto<sup>30</sup>, “o militar da Guarda tem direito a proteção jurídica nas modalidades de consulta jurídica e apoio judiciário, que abrange a contratação de advogado, o pagamento de taxas de justiça e demais encargos do processo judicial, sempre que nele intervenha na qualidade de assistente, arguido, autor ou réu, e o processo decorra do exercício das suas funções ou por causa delas”.

Salvaguarda ainda o mesmo diploma que “nos casos em que tenha sido concedida proteção jurídica nos termos do presente artigo e resulte provado, no âmbito do processo judicial, que o militar agiu dolosamente ou fora dos limites legalmente impostos, a Guarda exerce direito de regresso”.

É de elementar justiça que um militar da GNR que seja vítima de crimes no exercício das suas funções ou por causa delas, ao sofrer danos resultantes da prática de um crime seja indemnizado por esses mesmos danos. Qualquer vítima de crime pode pedir uma indemnização ao agressor pelos danos que tenha sofrido. Essa indemnização é requerida através da formulação de um pedido de indemnização civil, efetuado no respetivo procedimento criminal.

Assim, um militar da GNR que seja vítima de crimes no exercício das suas funções ou por causa delas, pode ativar este mecanismo institucional que lhe permite, caso assim ocorra, concretizar essa indemnização a fim de minimizar os danos sofridos, que englobam nomeadamente, o dano emergente que é o prejuízo causado nos bens ou nos direitos existentes à data da lesão, por ex., tratamentos hospitalares, despesas com medicamentos, deslocações a consultas médicas, etc., o lucro cessante que são os

---

<sup>29</sup> URL:<http://www.dgsi.pt> (consultado em 10/05/2017)

<sup>30</sup> Estatuto dos militares da GNR - Decreto-Lei n.º 30/2017 de 22 de março

benefícios que o militar deixou de obter com a prática do crime, por ex., subsídios de patrulha, escala, especialidade entre outros que o militar vítima deixou de auferir enquanto esteve incapacitado para o serviço e os danos morais ou não patrimoniais, que são os prejuízos que, sendo insuscetíveis de avaliação pecuniária, dado estar em causa a saúde, o bem-estar, a honra e o bom nome do militar vítima, podem apenas ser compensados com a obrigação imposta ao autor do crime, por ex., dor física e dor psíquica (resultante de deformações físicas sofridas), perda do prestígio ou reputação, entre outros.

Seguidamente, aborda-se o método aplicado a esta investigação para a prossecução dos objectivos traçados.

## **5. MÉTODO**

Ao abordarmos a parte empírica e analítica do trabalho de investigação importa relembrar que ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre do ICBAS exige que o aluno obtenha uma especialização, de natureza académica, com recurso à atividade de investigação, em resultado da aprovação numa componente curricular e numa dissertação de natureza científica.

Segundo Sousa e Batista (2011), o conhecimento científico é o único que gera ciência. Como principais características: é racional e objetivo; baseia-se em factos; é analítico; exige exatidão e clareza; é comunicável; é verificável; depende de investigação metódica; procura e aplica leis; é explicativo; é preditivo; é aberto; e é útil.

A metodologia de investigação tem como objetivo o alcance da verdade “através da dúvida sistemática e da decomposição do problema em pequenas partes” (Sarmiento, 2013, p. 4) podendo ser considerada como um “processo de seleção de estratégias de investigação” (Sousa & Baptista, 2011, p. 52). Sarmiento (2013, p.4) refere ainda que a investigação “conduz à geração de novos conhecimentos” sendo que para esses conhecimentos serem alcançados tem que existir um “conjunto de regras básicas”, que se definem como método científico, ou seja, uma forma “ordenada e sistemática de encontrar respostas para questões que necessitam de uma investigação” (Fortin, 2009, p. 15).

Sarmiento (2013, p. 7) volta a reforçar a ideia de que “numa investigação pode ser utilizado mais do que um método para que sejam encontradas as respostas para a pergunta de partida da investigação”.



O presente estudo tem como principal objetivo geral, analisar e caracterizar o fenómeno da violência grave, mormente os crimes contra as pessoas e contra a autoridade pública perpetrada contra os militares da GNR no exercício de funções. Como objetivos específicos temos:

1. Analisar e identificar geograficamente, na área de jurisdição da GNR, a ocorrência/ação policial por meses/ano, cuja incidência ocorreu nos anos de 2012 a 2016, nomeadamente: Contra a vida (Homicídio), Contra a integridade física (Ofensa à integridade física), Contra a liberdade pessoal (Ameaça, Coação), Contra a honra (Difamação, Injúria), Contra a autoridade pública (Resistência e Coação sobre; Funcionário, Desobediência);
2. Caracterizar o perfil do alegado agressor(es)/autor(es) dos crimes perpetrados crimes contra o militar da GNR no exercício de funções, analisando as variáveis sociodemográficas como a faixa etária, género, nacionalidade, etnia;
3. Caracterizar as consequências para o alegado agressor(es)/autor(es) pela prática do crime;
4. Analisar o *modus operandi* do alegado agressor(es)/autor(es), nomeadamente se a ocorrência envolveu o recurso a algum tipo de arma e respetiva classificação;
5. Caracterizar o perfil do militar da GNR vítima no exercício de funções, analisando as variáveis sociodemográficas como a faixa etária, género, posto;
6. Caracterizar as consequências sofridas pelo militar da GNR no exercício de funções, vítima dos Contra a vida (Homicídio), Contra a integridade física (Ofensa à integridade física), Contra a liberdade pessoal (Ameaça, Coação), Contra a honra (Difamação, Injúria), Contra a autoridade pública (Resistência e Coação sobre; Funcionário, Desobediência);

Assim, a finalidade da investigação empírica, suportada na aplicação de procedimentos de pesquisa, visa elaborar um trabalho de cariz científico que seja pertinente e útil à Instituição GNR. Sendo um trabalho original e pioneiro poderá contribuir para gerar eventuais *guidelines* de prevenção sobre determinados processos de risco e sensibilizar os militares que compõem o dispositivo para esta problemática.

O método adotado seguiu um plano de investigação que a seguir se expõe, o tipo de abordagem quantitativa e qualitativa, bem como o modelo de análise, os procedimentos de amostragem, as técnicas de recolha e tratamento de dados.

Deste modo nesta investigação fez-se apelo ao método histórico, materializado pela revisão da literatura e análise documental.

Para análise dos dados e dando cumprimento aos objetivos do trabalho, utilizou-se as medidas estatísticas inerentes a análise descritiva de dados (frequências, percentagens e médias) com recurso ao programa Microsoft Excel.

## 5.1 PLANO DE INVESTIGAÇÃO

No presente trabalho foi seguido o esquema das etapas do defendido por Quivy e Campenhoudt (2013), como “um procedimento é uma forma de progredir em direção a um objetivo” (p. 25).

Desta forma foi inicialmente elaborado um objetivo geral que pretendia analisar e caracterizar o fenómeno da violência grave, mormente os crimes contra as pessoas e contra a autoridade pública perpetrada contra os militares da GNR no exercício de funções.

Após a elaboração e definição deste objetivo foi dado início à exploração da temática, através do acervo bibliográfico do colégio científico que paulatinamente foi editando obras referentes às matérias de Direito Penal e Processual Penal, Medicina Legal, Ciências Forenses, Criminologia e Vitimologia.

Para levar a cabo esta investigação e dado à natureza sensível dos dados, foi necessário requerer autorização no ano de 2015, a fim de recolher a amostra em estudo, tendo sido reconhecida a pertinência e a viabilidade do estudo, sendo sancionado superiormente pelo Exmo. Comandante do Comando Doutrina e Formação (CDF/GNR).

A etapa que se seguiu foi a problemática que segundo Quivy e Campenhoudt (2013) “é a abordagem ou a perspetiva teórica que decidimos adotar para tratarmos o problema formulado” (p.89). O problema que subjaz é no fundo encontrar uma resposta que contribua para minimizar o impacto da violência grave, mormente os crimes contra as pessoas e contra a autoridade pública perpetrada contra os militares da GNR no exercício de funções. Esta fase foi materializada pelo enquadramento teórico realizado nos Capítulos 1 a 4.

Na quarta etapa foi construído o Modelo de Análise, no presente subcapítulo, sendo este “a charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro.” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.109).

A etapa seguinte consistiu na observação, explanada no subcapítulo Técnicas de Recolha de dados e cujos resultados se encontram no Capítulo 6, que se define como “o conjunto de operações através das quais o modelo de análise é submetido ao teste dos factos e confrontado com dados observáveis” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.155), que ocorreu de 19 de janeiro a 19 de fevereiro de 2016 nas instalações do Quartel do Carmo em Lisboa numa primeira fase, e numa segunda fase de 08 de maio a 18 de maio de 2017. Trata-se portanto do trabalho de campo, ou seja, na recolha de dados com o objetivo de encontrar uma resposta que contribua para minimizar o impacto da violência

grave, mormente os crimes contra as pessoas e contra a autoridade pública perpetrada contra os militares da GNR no exercício de funções.

A sexta etapa passa pela análise das informações recolhidas na fase anterior, e que se apresentam nos Capítulo 7 e subcapítulo 7.1.

Na última fase teceram-se as considerações finais, presentes no último Capítulo, onde se retomou o problema em estudo enfatizando os principais aspetos abordados no trabalho e foi feita uma reflexão acerca dos resultados obtidos.

Quanto ao tipo de abordagem como refere Vilelas (2009, p. 105) citado por Santos e Lima (2016, p.29) “...as estratégias de investigação podem assumir-se ... do tipo quantitativo, qualitativo ou misto” afirmando que a estratégia qualitativa surgiu uma vez que “existe uma relação indissociável entre o mundo real e a subjetividade do sujeito, que não é passível de ser traduzida em números.” Nesta investigação a abordagem adotada é mista. Já na opinião de Sousa e Baptista (2011) a abordagem qualitativa possui uma série de características estruturantes. Apresenta um grande interesse pelo processo de investigação, onde o investigador desempenha um papel fundamental na recolha de dados, devendo revelar uma grande sensibilidade ao contexto em que decorre a investigação. Os dados da investigação são analisados indutivamente, a investigação é holística, onde o significado tem uma grande importância; o plano de investigação é flexível, ..., é descritivo, produzindo dados descritivos a partir de documentos, (autos de notícia) ....e da observação, uma vez que a recolha de dados é efetuada recorrendo à ... à observação e à análise documental (Sousa & Baptista, 2011).

## **5.2 AMOSTRA**

Amostra desta investigação é constituída por 5.102 participações criminais por crimes perpetrados contra os militares da GNR no exercício de funções.

Como critérios de inclusão foram elegíveis os crimes: i) Contra a vida (Homicídio); ii) Contra a integridade física (Ofensa à integridade física); iii) Contra a liberdade pessoal (Ameaça, Coação); iv) Contra a honra (Difamação, Injúria); e v) Contra a autoridade pública (Resistência e Coação sobre; Funcionário, Desobediência).

Como critérios de exclusão foram excluídas as participações criminais por crimes perpetrados contra os militares da GNR fora do exercício de funções.

Esta amostra foi recolhida transversalmente nos anos de 2015 e 2016, compreendendo o período temporal de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016, tendo sido elegível os crimes supracitados em virtude de serem estes os catalogados como crimes contra a GNR.

Fortin (2009) refere que após a parte conceptual da investigação deverá ser definida a população estudada “estabelecendo critérios de seleção para o estudo, precisar a amostra e determinar o seu tamanho”. Afonso *et al.* (2014) refere que na impossibilidade de considerar todo o universo de estudo (população), existe a necessidade de definir a população alvo, considerando que é a que retém, de entre a diversidade de características de um dado universo, aquelas que se relacionam com os conceitos e com as variáveis a estudar (Fortin, 2009, p. 41).

Quanto à amostra, constitui-se como o grupo de “elementos (pessoas, grupos ou objetos) que partilham características comuns” e “é um subconjunto de elementos ou de sujeitos tirados da população que são convidados a participar no estudo” (Fortin, 2009, p. 41). No nosso caso específico, o universo de estudo é representado por todos os militares da GNR que foram vítimas de crimes no exercício de funções durante o período em referência.

### **5.3 TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS**

Na recolha de dados, houve necessidade de estabelecer contacto com a Direção de Informações do Comando Operacional da GNR (DI/CO/GNR), entidade que tem por missão, entre outras, recolher e compilar os dados referentes às ações policiais praticadas contra os militares no exercício de funções.

Ainda no mesmo âmbito foram encetados contactos com a Direção de Justiça e Disciplina da GNR (DJD/GNR) a fim de corroborar os dados entretanto recolhidos relativamente as consequências provocadas no militar da GNR vítima de crime, nomeadamente os incidentes que provocaram mortos, feridos com internamento, feridos sem internamento e feridos sem tratamento.

Foi efetuada também uma recolha e compilação dos dados constantes nos Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI) publicados, correspondentes aos anos de 2012 a 2016 inclusive.

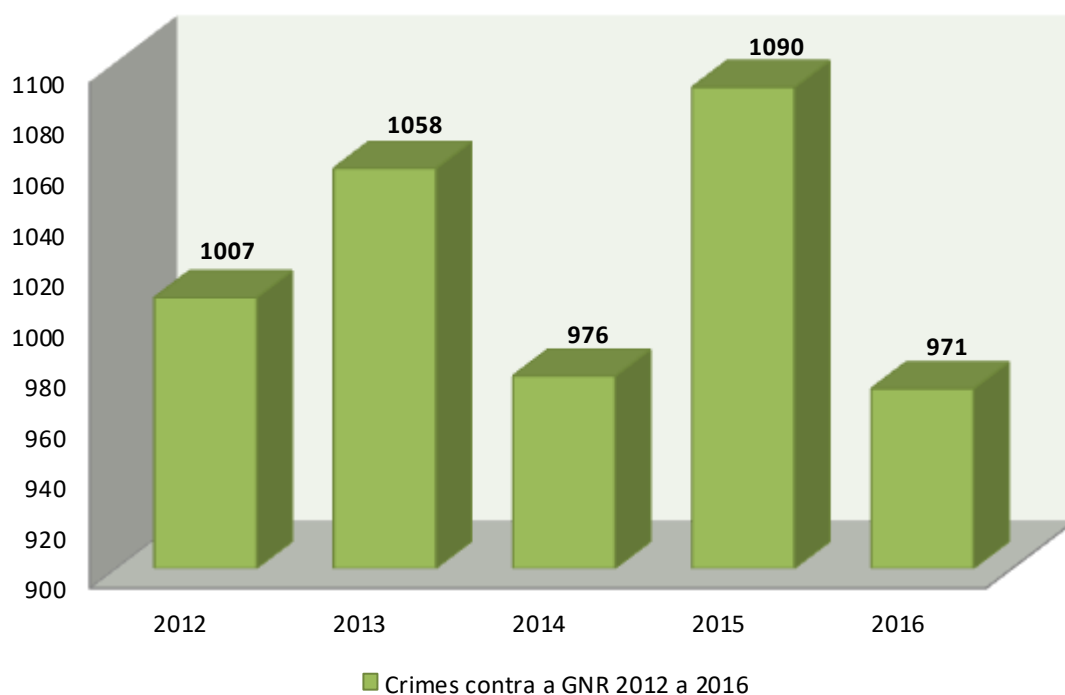
Com o recurso a uma base de dados criada através Microsoft Office Access, foram exportados dados para uma folha de cálculo Excel, sendo gerado um conjunto de tabelas dinâmicas e outros cálculos com a finalidade de dar resposta aos objetivos traçados. Esta tarefa não se demonstrou pacífica pois as variáveis e os registos dos dados não estão trabalhados nem “definidos à medida” dos objetivos do investigador, obrigando assim, a necessárias reuniões, múltiplos esclarecimentos enriquecedores que permitiram decidir por congregar variáveis e redefinir outras novas, de acordo com a lógica da investigação.

## 6. RESULTADOS

### 6.1 A ocorrência

De acordo com o gráfico 1, verificamos que nos anos em estudo, compreendendo o lapso temporal entre 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016, o registo do número de crimes contra as pessoas e contra a autoridade pública perpetrada contra os militares da GNR no exercício de funções, tem sofrido ligeiras oscilações que variam na ordem dos 20%.

Gráfico 1 - Crimes contra a GNR (2012 a 2016)



Fonte: GNR/CO/DI

Como se constata, no cômputo total dos 05 anos em estudo, foram registadas 5.102 participações criminais por crimes contra as pessoas e contra a autoridade pública perpetrada contra os militares da GNR no exercício de funções, mormente os seguintes catalogados no Código Penal:

Dos crimes contra a Vida (Homicídio);

Dos crimes contra a Integridade Física (Ofensa à integridade física);

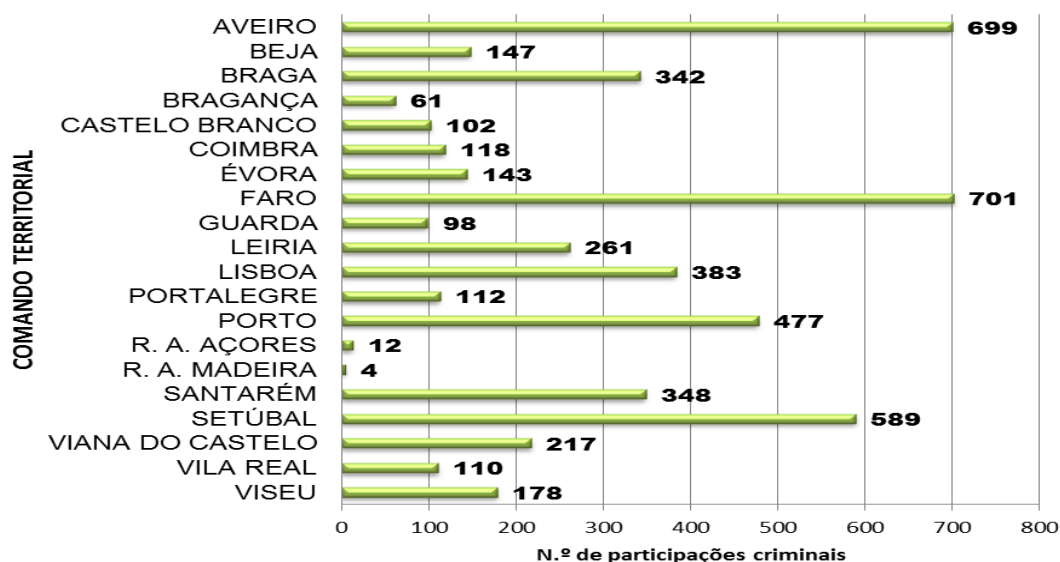
Dos crimes contra a Liberdade Pessoal (Ameaça, Coação);

Dos crimes contra a Honra (Difamação, Injúria);

Dos crimes contra a Autoridade Pública (Resistência e Coação sobre Funcionário, Desobediência).

Conforme o gráfico 2, podemos verificar que os Comandos Territoriais/Distritos de Faro, Aveiro e Setúbal, apresentam o maior número de participações criminais onde o militar da GNR é vítima de crimes no exercício de funções. Contrariamente, os Comandos Territoriais/Distritos dos Arquipélagos, Bragança e Guarda são onde ocorrem o menor número de participações criminais.

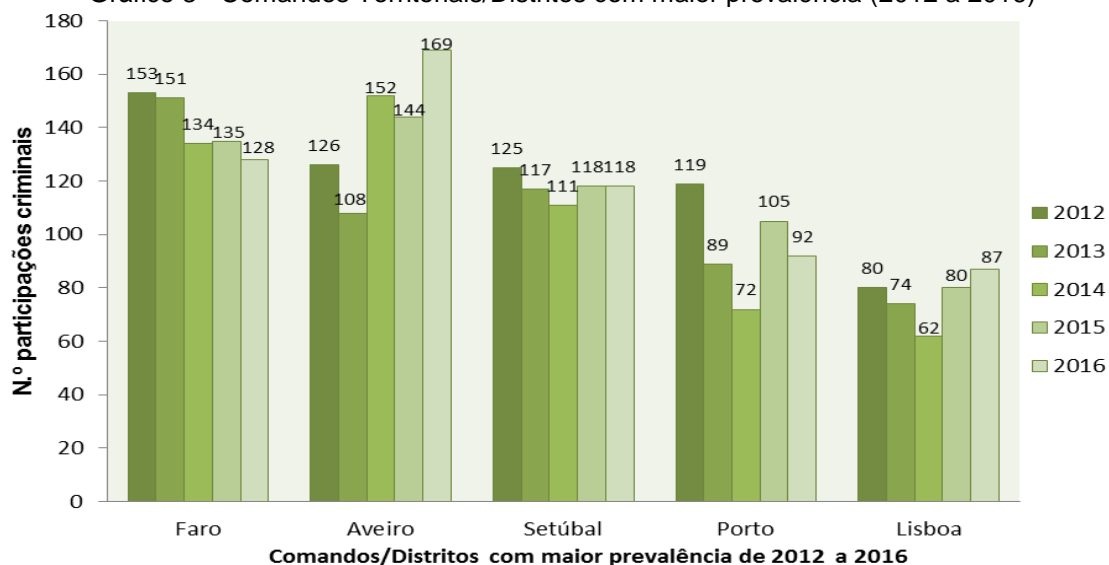
Gráfico 2 - Total de participações criminais por Comando Territorial da GNR (2012 a 2016)



Fonte: GNR/CO/DI

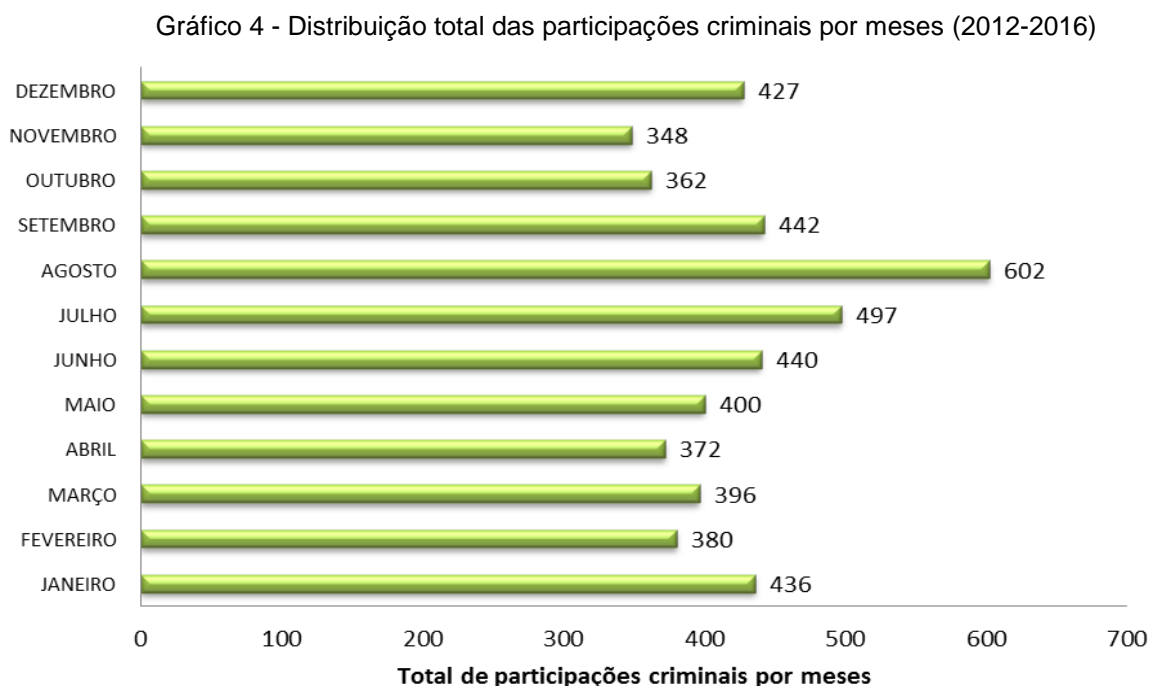
Como se verifica no gráfico 3, dos Comando Territoriais/Distritos com maior número de participações criminais, Faro revela uma tendência para uma diminuição das participações registadas; Aveiro nos últimos 05 anos revela um incremento das participações e Setúbal tem-se mantido ligeiramente constante.

Gráfico 3 - Comandos Territoriais/Distritos com maior prevalência (2012 a 2016)



Fonte: GNR/CO/DI

Vislumbra-se no gráfico 4, que numa perspetiva temporal os meses com maior número de participações criminais onde o militar da GNR é vítima de crimes no exercício de funções para os anos de 2012 a 2016, são os meses de verão, destacando-se designadamente os meses de agosto, seguido de julho e setembro. No mesmo período, e com menor incidência no âmbito deste tipo de participações surge o mês de novembro.



Fonte: GNR/CO/DI

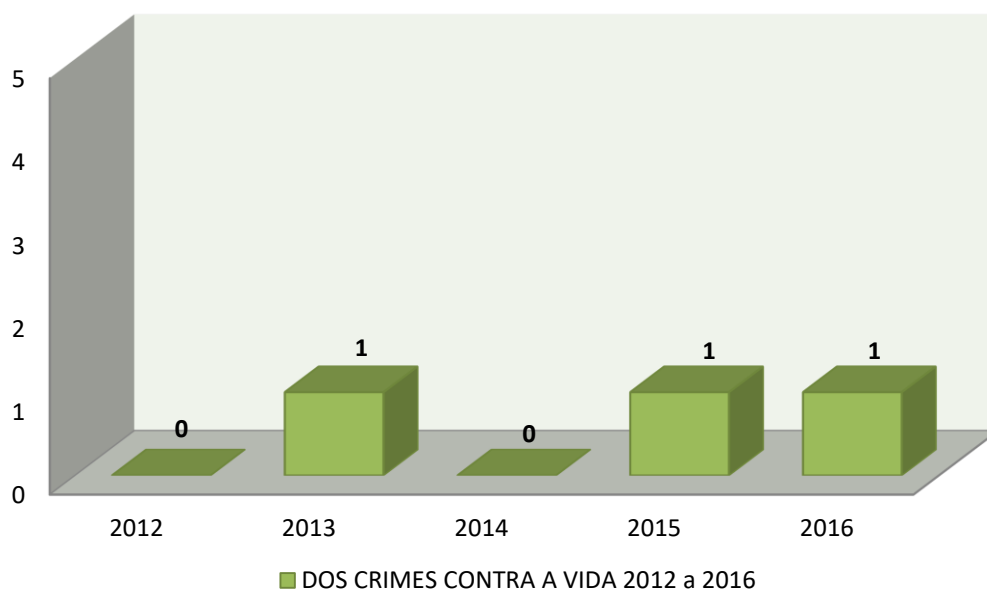
### 6.1.1 Dos crimes contra a Vida (Homicídio)

A legislação Portuguesa, tem sofrido ao longo dos anos transformações que visam acompanhar os fenómenos sociais e criminais da sociedade. No fundo pretendem de alguma forma ajustá-la à normal evolução do povo, torná-la apta e dinâmica face às exigências presentes.

Os crimes de homicídio são apresentados na Parte Especial do Código Penal (CP) – Capítulo I do Título I – como “Dos crimes contra a vida”. Estes crimes, como refere Beleza (2000), são considerados crimes materiais ou de resultado. Isto significa que a sua consumação implica a verificação de um certo resultado, neste caso, matar outra pessoa, que constitui o elemento objetivo do crime. O crime de homicídio (art.º 131.º do CP) “Quem matar outra pessoa é punido com pena de prisão ...”, catalogado como de homicídio simples, consubstancia «o tipo legal fundamental dos crimes contra a vida», podendo por isso ser considerado a incriminação base das demais formas de homicídio.

Infelizmente, conforme se percebe do gráfico 5, a GNR registou nos últimos 05 anos (2012 a 2016), 03 mortes entre os seus militares no exercício das suas funções, nos fatídicos anos de 2013, 2015 e 2016.

Gráfico 5 - Crimes contra a Vida (2012 a 2016)



Fonte: GNR/CO/DI

### 6.1.2 Dos crimes contra a Integridade Física (Ofensa à integridade física)

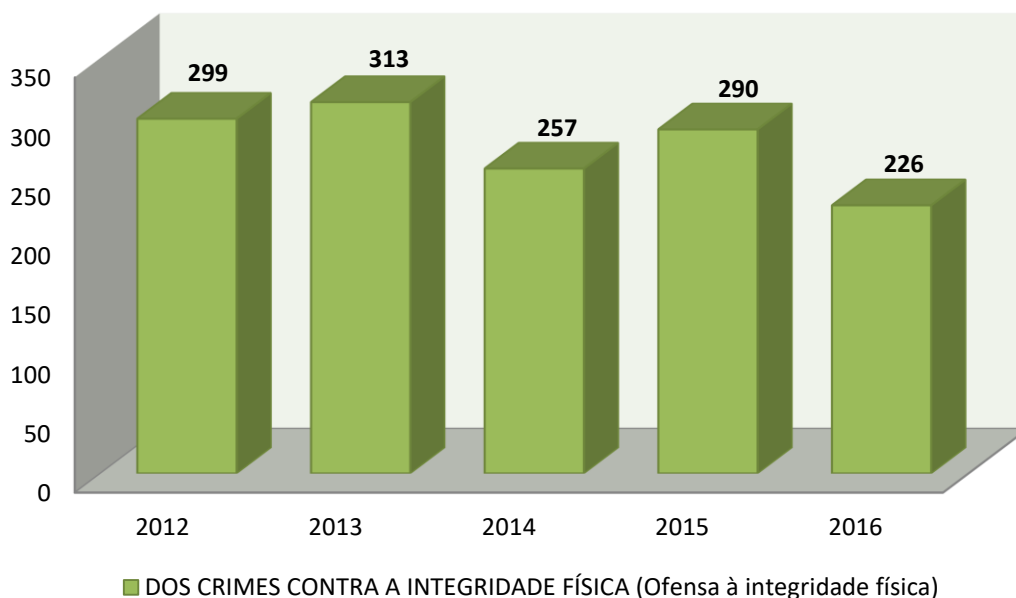
Os crimes de Ofensa à integridade Física são apresentados na Parte Especial do Código Penal (CP) – Capítulo III do Título I – como “Dos crimes contra a integridade física”. Os crimes de ofensa à integridade física, estão enquadrados no âmbito mais abrangente “Dos crimes contra a integridade física”, que, por seu lado, estão inseridos no Capítulo I “Dos crimes contra as pessoas”.

O crime de Ofensa à integridade física (art.º 143.º do CP) “... Quem ofender o corpo ou a saúde de outra pessoa é punido com pena de prisão...”, no entender de Silva (2005), as agressões no corpo podem consubstanciar a ocorrência de um dano corporal minimamente expressivo – aqui se incluindo, por exemplo, a simples bofetada – a perda de uma porção corporal, a desfiguração em resultado de alteração estética da pessoa, bem como a perturbação das funções sensorial e motora. As ofensas na saúde, por seu lado, correspondem às ações que afetam a saúde física ou psíquica da vítima, interferindo não na substância corporal do indivíduo mas sim no funcionamento harmonioso dos vários órgãos e membros do corpo, perturbando não só o desempenho físico como também psicológico ou mental da vítima, conforme refere.



Como se constata no gráfico 6, no total dos 05 anos, foram registados 1.385 crimes contra a integridade física perpetrados contra os militares da Guarda no exercício das suas funções. Anualmente foram registados em média 277 crimes desta natureza.

Gráfico 6 - Crimes contra a Integridade Física (2012 a 2016)



Fonte: GNR/CO/DI

### 6.1.3 Dos crimes contra a Liberdade Pessoal (Ameaça, Coação)

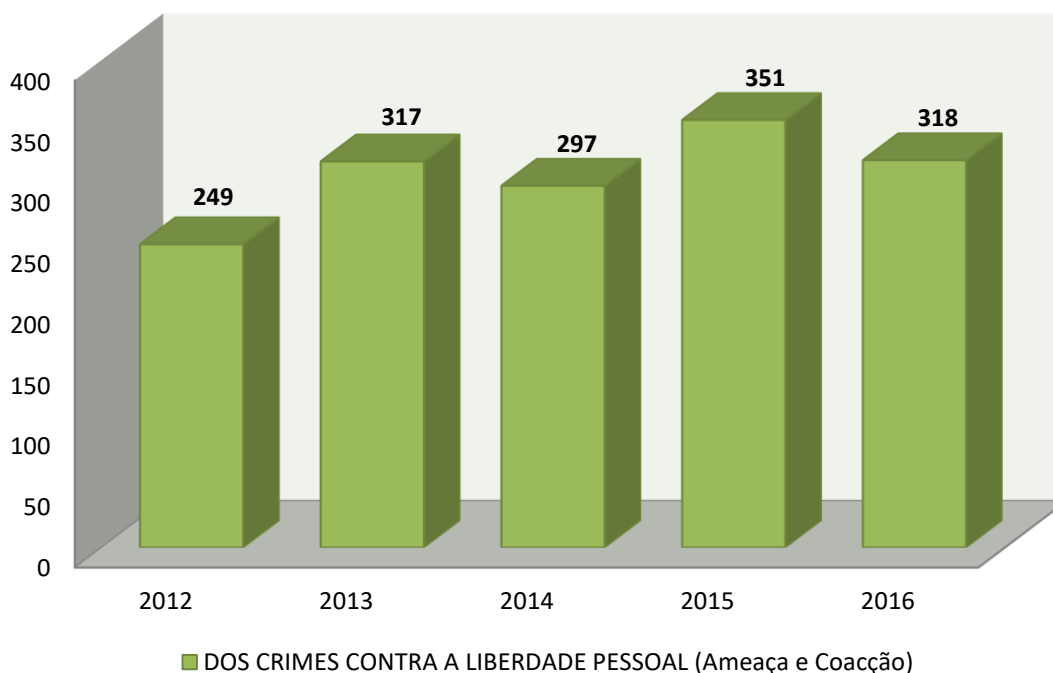
Os crimes de Ameaça e Coação são apresentados na Parte Especial do Código Penal (CP) – Capítulo IV do Título I – como “Dos crimes contra a liberdade pessoal”.

O crime de Ameaça (art.º 153.º do CP) “...Quem ameaçar outra pessoa com a prática de crime contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou bens patrimoniais de considerável valor, de forma adequada a provocar-lhe medo ou inquietação ou a prejudicar a sua liberdade de determinação, é punido com ...”, e o crime de Coação (art.º 154.º do CP) “...Quem, por meio de violência ou de ameaça com mal importante, constranger outra pessoa a uma ação ou omissão, ou a suportar uma atividade, é punido com...”, É muito importante referir, que no exercício de funções públicas, particularmente na atividade policial, há uma relação de subsidiariedade entre os crimes de ameaça e coação com o crime de resistência e coação sobre funcionário (art.º 347.º do CP).

Relativamente aos crimes de ameaça e coação, praticados contra os militares da GNR no exercício de funções, a Guarda registou no total dos 05 anos 1.532 crimes.

Na observação o gráfico 7, apura-se que nos 02 últimos anos (2015 com 351 ocorrências e 2016 com 318 ocorrências), houve um ligeiro acréscimo à média anual de crimes contra a liberdade pessoal, que se situa nos 306,4 crimes.

Gráfico 7 - Crimes contra a Liberdade Pessoal (2012 a 2016)



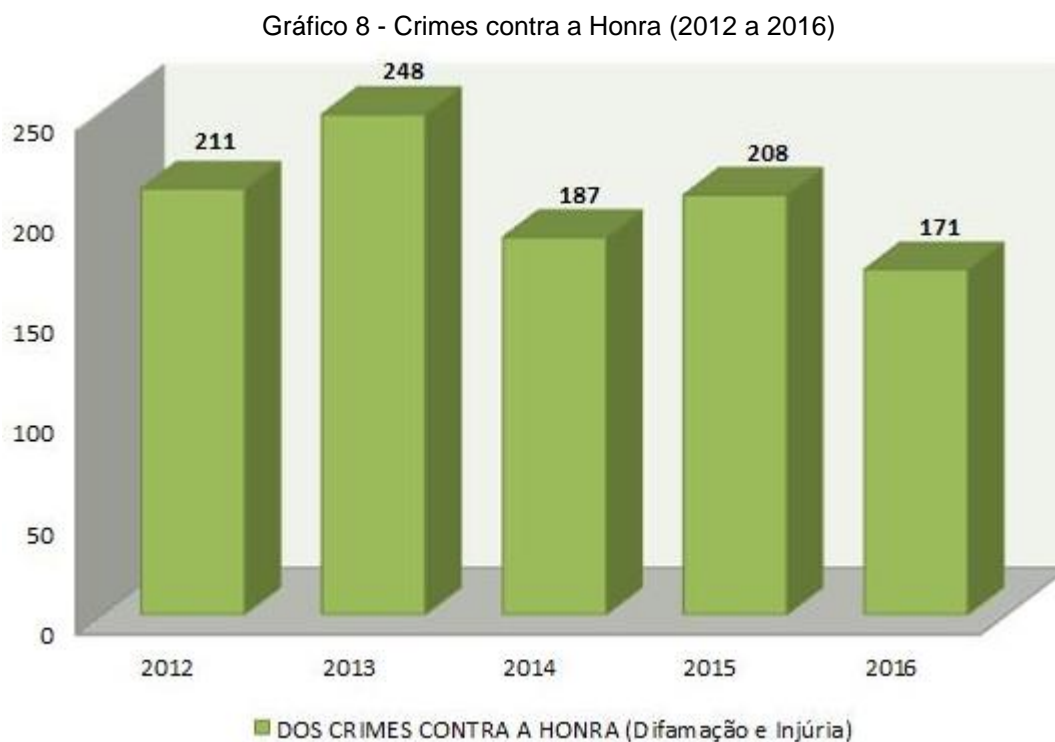
Fonte: GNR/CO/DI

#### 6.1.4 Dos crimes contra a Honra (Difamação, Injúria)

Os crimes de Difamação e Injúria são apresentados na Parte Especial do Código Penal (CP) – Capítulo VI do Título I – como “Dos crimes contra a Honra”, englobando entre outros, os crimes de Difamação e Injúria.

O crime de Difamação (art.º 180.º do CP) na sua redação diz “...Quem, dirigindo-se a terceiro, imputar a outra pessoa, mesmo sob a forma de suspeita, um facto, ou formular sobre ela um juízo, ofensivos da sua honra ou consideração, ou reproduzir uma tal imputação ou juízo, é punido com ...”, já o crime de Injúria (art.º 181.º do CP) “...Quem injuriar outra pessoa, imputando-lhe factos, mesmo sob a forma de suspeita, ou dirigindo-lhe palavras, ofensivos da sua honra ou consideração, é punido com ...” De acordo com o Ac. Do TRC de 10/10/2012 (Olga Maurício), “ A linha essencial da distinção entre a difamação e injúria reside no facto de o ataque ser direto à pessoa do ofendido, sem intermediação, no caso da injúria, ou ser feito de forma enviesada, indireta, através de terceiros, no caso da difamação.”

Atendendo ao gráfico 8, entre 2012 e 2016 foram registados 1.025 crimes contra a honra dos militares da Guarda no exercício de funções, mormente crimes de difamação e injúria, tendo ocorrido em 2016 o menor número de ocorrências registados nestes 05 anos.



Fonte: GNR/CO/DI

#### **6.1.5 Dos crimes contra a Autoridade Pública (Resistência e Coação sobre Funcionário, Desobediência)**

Os crimes de Resistência e Coação sobre Funcionário e Desobediência são apresentados na Parte Especial do Código Penal (CP) – Secção II do Capítulo II do Título V – como “Dos crimes contra a Autoridade Pública”.

O crime de Resistência e Coação sobre Funcionário (art.º 347.º do CP) “...Quem empregar violência, incluindo ameaça grave ou ofensa à integridade física, contra funcionário ou membro das Forças Armadas, militarizadas ou de segurança, para se opor a que ele pratique ato relativo ao exercício das suas funções, ou para o constranger a que pratique ato relativo ao exercício das suas funções, mas contrário aos seus deveres, é punido ...” diz ainda o n.º 2.º do mesmo art.º “...A mesma pena é aplicável a quem desobedecer ao sinal de paragem e dirigir contra funcionário ou membro...de segurança, ... para se opor a que ele pratique ato relativo ao exercício das suas funções ...”

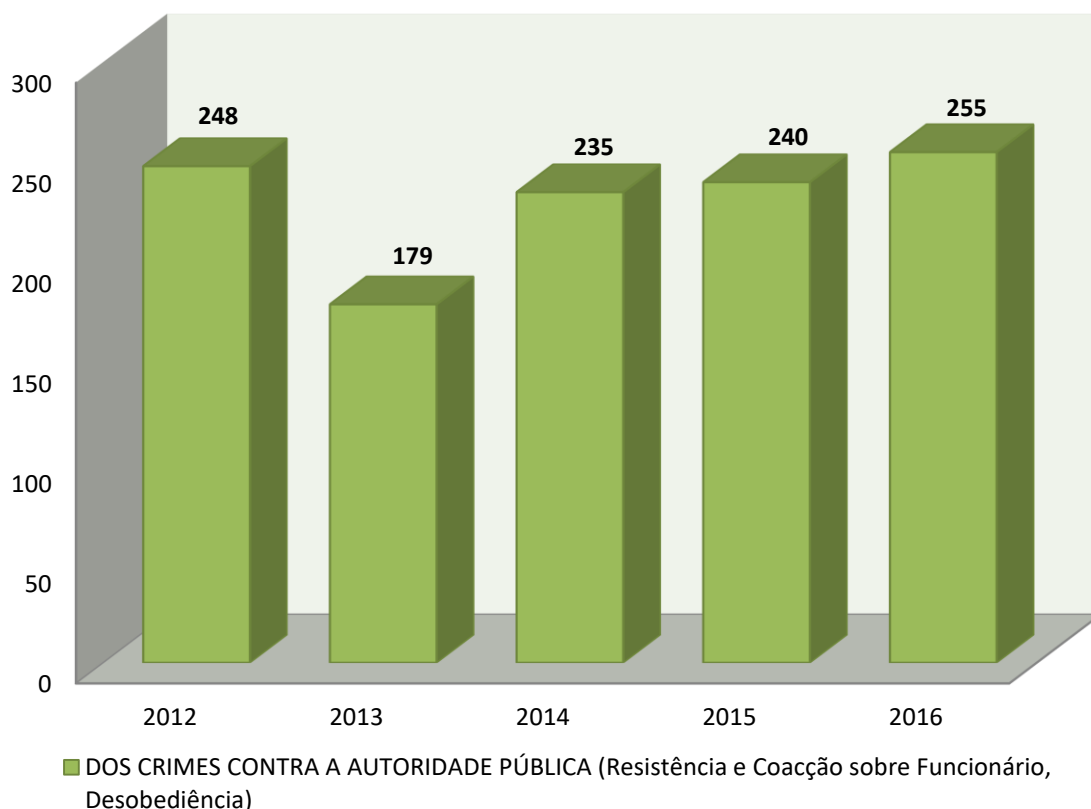
Ainda na Parte Especial do Código Penal (CP) – Secção II do Capítulo II do Título V –

como “Dos crimes contra a Autoridade Pública”, compreende o crime de Desobediência (art.º 348.º do CP) também estudado no presente trabalho “...Quem faltar à obediência devida a ordem ou a mandado legítimos, regularmente comunicados e emanados de autoridade ou funcionário competente, é punido ...”

Como se verificou anteriormente no subcapítulo “jurisprudência”, e atento ao Ac. Do TRE de 03/02/2015 (Martinho Cardoso), “...Se a expressão ameaçadora “eu mato-te” ocorre no conjunto dos atos de resistência à autoridade policial, a mesma integra-se no processo de resistência e coação, sendo o concurso de crimes meramente aparente e devendo a punição ser obtida na moldura penal do tipo legal que integra o sentido de ilícito dominante, ou seja, do crime de resistência e coação sobre funcionário, que consumirá as ameaças...”

Como se vislumbra no gráfico 9, foram registados 1.157 crimes contra a Autoridade Pública, nomeadamente os crimes de resistência e coação sobre Funcionário e desobediência, visando os militares da Guarda no exercício de funções entre 2012 e 2016. Percebe-se também, que não obstante ao decréscimo de 69 ocorrências envolvendo este tipo de crimes ocorrido do ano de 2012 para o ano de 2013, houve posteriormente anualmente sempre um aumento das ocorrências.

Gráfico 9 - Crimes contra a Autoridade Pública (2012 a 2016)

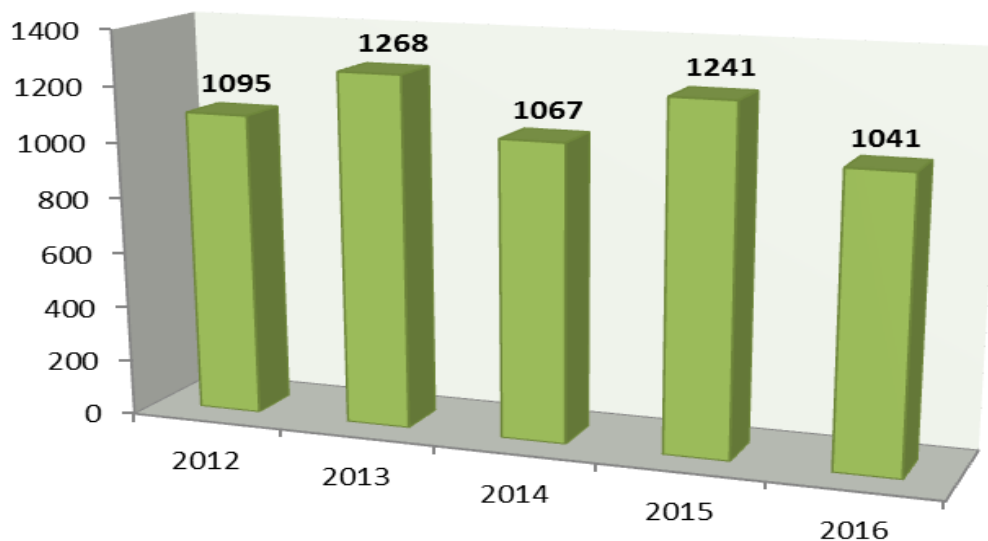


Fonte: GNR/CO/DI

## 6.2 O(a) alegado(a) agressor(a/es)/autor(a/es)

Demonstra o gráfico 10, que o número de cidadãos que praticaram crimes contra os militares da Guarda no exercício de funções entre 2012 e 2016, tem oscilado entre os anos aqui em estudo. Verificou-se que no cômputo dos 05 anos, contabilizaram-se 5.712 alegado(s) agressor(es)/autor(es) que constaram das respetivas participações criminais.

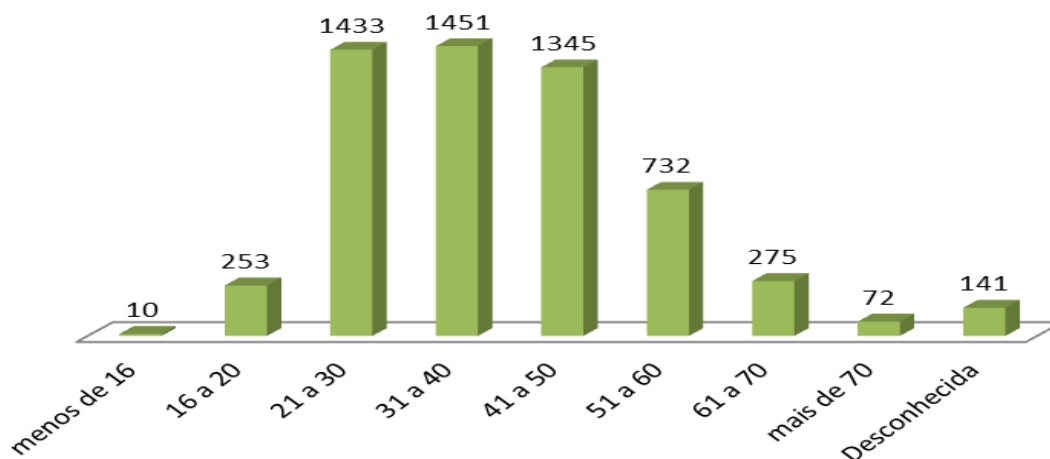
Gráfico 10 - Número de alegado(s) agressor(es)/autor(es) (2012 a 2016)



Fonte: GNR/CO/DI

No total dos anos em estudo, apurou-se da leitura do gráfico 11, que a faixa etária prevalente é dos 21 aos 50 anos. A média de idades dos alegado(s) agressor(es)/autor(es) ronda os 35 anos de idade. Destaca-se ainda as faixas etárias mais jovens, com particular ênfase para o elevado número de participações criminais envolvendo as faixas etárias com menos de 16 e dos 16 aos 20 anos de idade.

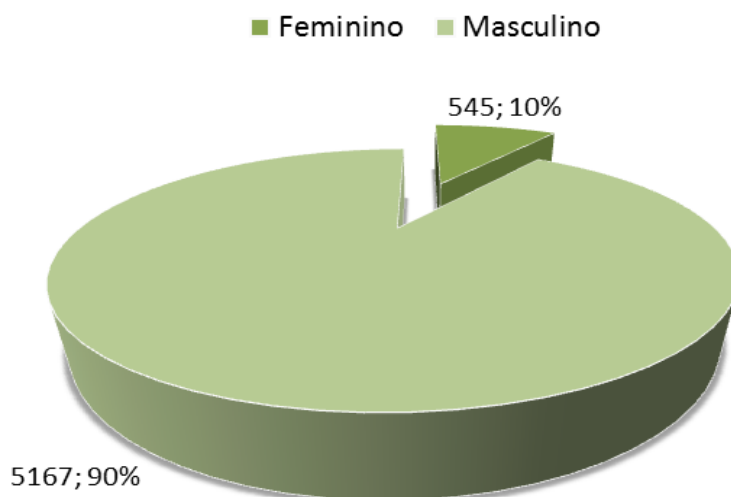
Gráfico 11 - Faixa etária dos alegado(s) agressor(es)/autor(es) (2012-2016)



Fonte: GNR/CO/DI

De acordo com o gráfico 12, relativamente ao género dos alegado(s) agressor(es)/autor(es), constatou-se uma predominância do sexo masculino. O sexo feminino surge com uma taxa de 10% (545 participações) como autoras ou em coautoria do total de participações criminais de crimes praticados contra os militares da GNR no exercício de funções.

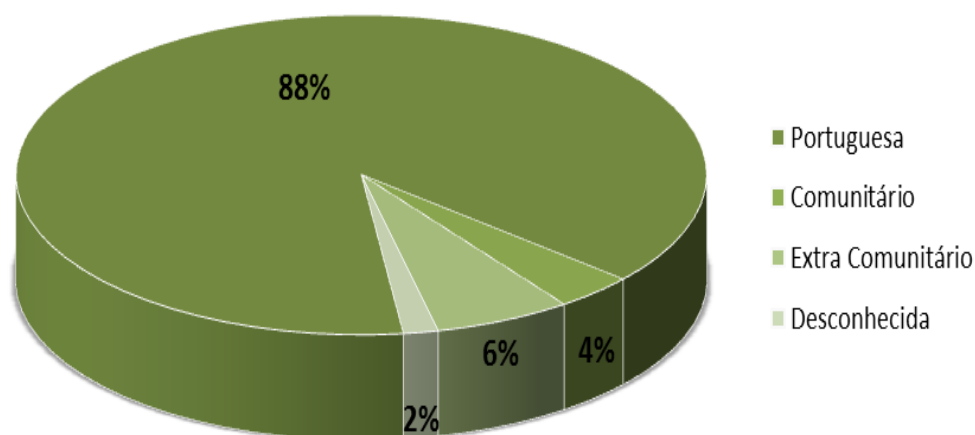
Gráfico 12 - Género dos alegado(s) agressor(es)/autor(es) (2012-2016)



Fonte: GNR/CO/DI

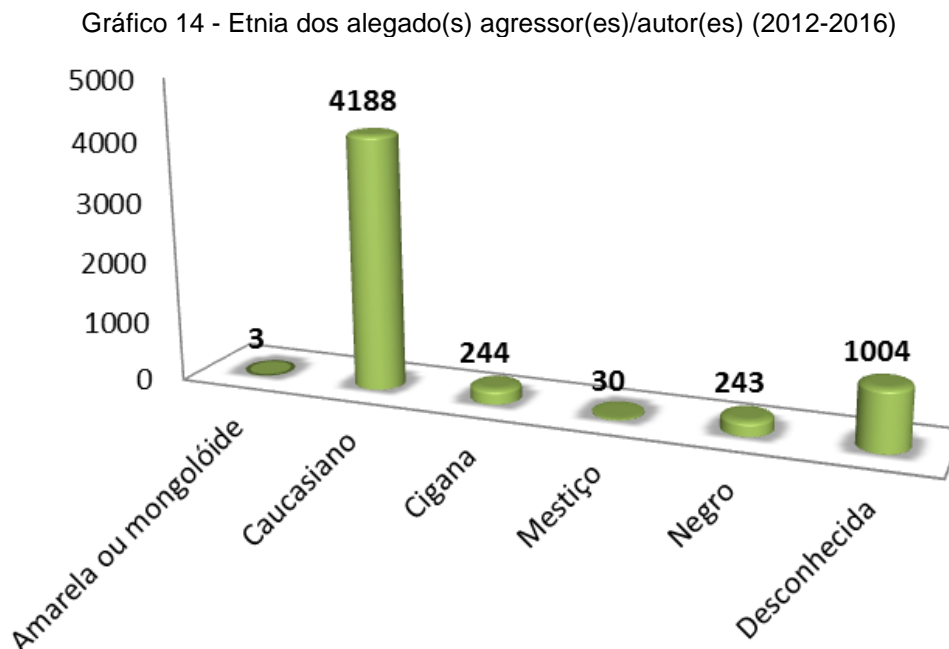
Ao visualizarmos o gráfico 13, constatou-se a predominância de alegado(s) agressor(es)/autor(es) de nacionalidade Portuguesa no total de participações criminais de crimes praticados contra os militares da GNR no exercício de funções. Verificou-se ainda que existe uma maior percentagem de alegado(s) agressor(es)/autor(es) extracomunitários a perpetrar crimes contra os militares da GNR do que alegado(s) agressor(es)/autor(es) comunitários.

Gráfico 13 - Nacionalidade dos alegado(s) agressor(es)/autor(es) (2012-2016)



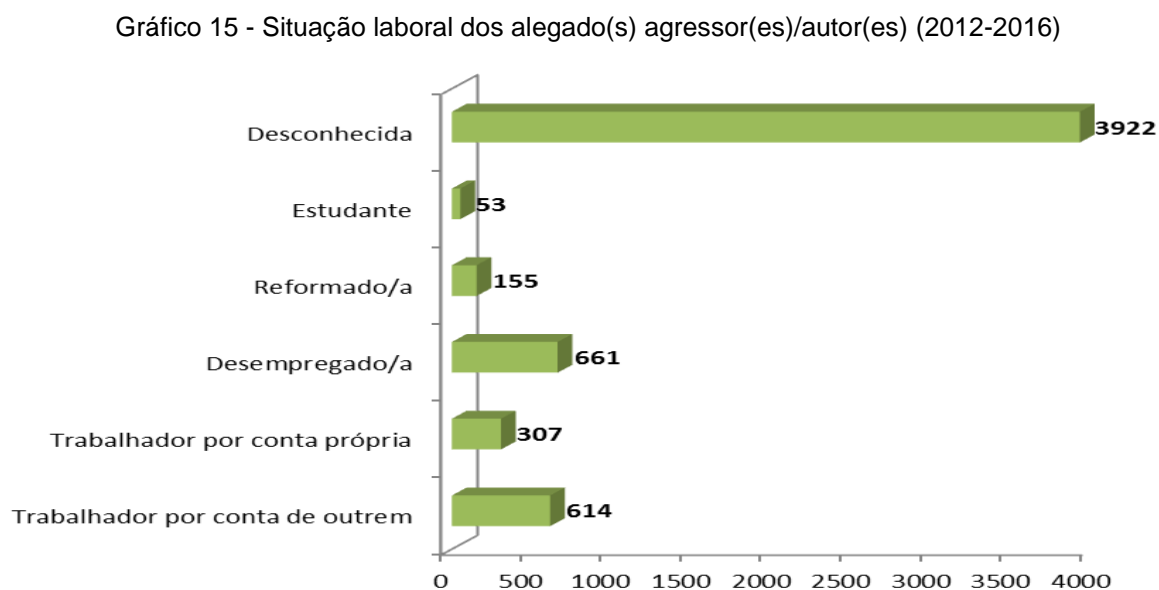
Fonte: GNR/CO/DI

Relativamente o gráfico 14, é visível que a maioria dos alegado(s) agressor(es)/autor(es) que perpetraram crimes contra os militares da GNR no exercício de funções, são de etnia caucasiana com (4188 participações criminais) no total das participações criminais.



Fonte: GNR/CO/DI

No gráfico 15, não obstante ao desconhecimento da situação laboral de 3922 alegado(s) agressor(es)/autor(es) de crimes praticados contra o militar da Guarda no exercício de funções, destaca-se que foi possível perceber que 661 estavam na situação de desemprego e 614 eram trabalhadores por conta de outrem.



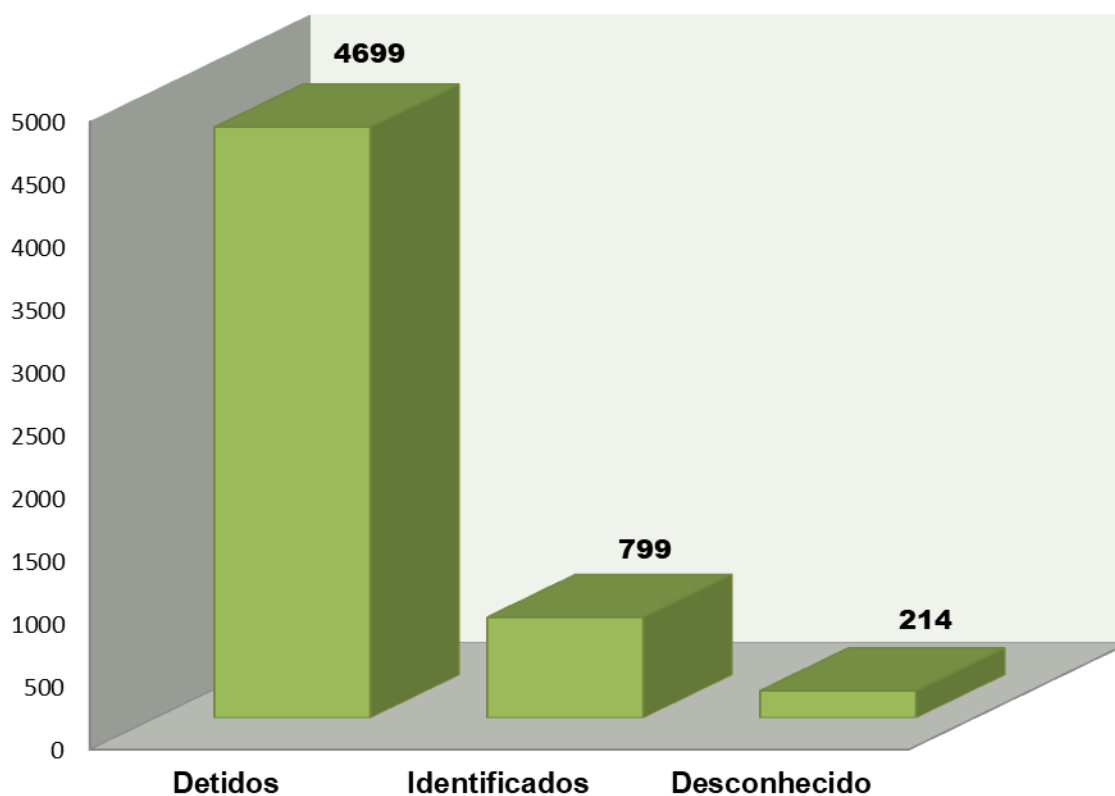
Fonte: GNR/CO/DI

Considerando o gráfico 16, nos 05 anos do estudo em referência (2012 a 2106), num universo total de 5.712 alegados agressor(es)/autor(es) pela pratica de crimes contra os militares da GNR no exercício de funções, como consequência, 4.699 foram detidos e logrou-se à identificação de mais 799 alegado(s) agressor(es)/autor(es).

No mesmo gráfico, constata-se não ter sido possível identificar o(s) alegado(s) agressor(es)/autor(es) em 214 participações criminais. Exploradas estas 214 participações criminais elaboradas contra desconhecidos, apurou-se que este número, é na sua maioria consequência pelo tipo de crime perpetrado, como por exemplo a prática de um crime de difamação cometido por alguém (desconhecido/a) que sob a forma anónima, elabora um texto e posteriormente o remete a um terceiro, imputando ao militar da GNR, mesmo sob a forma de suspeita, um facto, ou formular sobre ele um juízo, ofensivos da sua honra ou consideração.

Não obstante ao supracitado, somados os alegados agressor(es)/autor(es) detidos e identificados pela pratica de crimes contra os militares da GNR no exercício de funções, enfatiza-se o facto de 5498 não passarem incólumes à prática destes crimes, o que representa uma taxa de 96%.

Gráfico 16 - Consequências para os alegados agressor(es)/autor(es) (2012-2016)



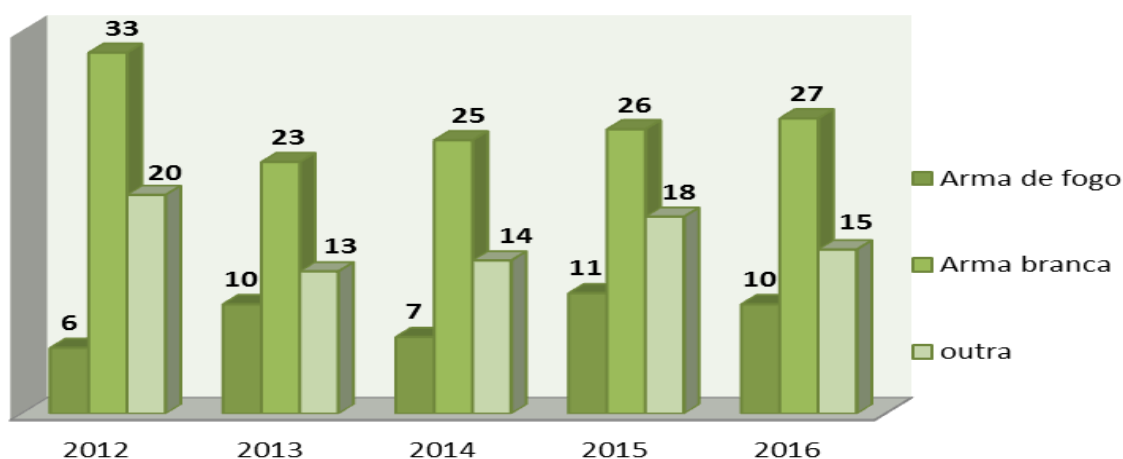
Fonte: GNR/CO/DI



### 6.3 Meio utilizado: A arma de fogo, arma branca e outros

As armas e instrumentos utilizados, estão classificadas conforme o previsto no preceituado da Lei das Armas e Munições<sup>31</sup>. Como meio utilizado para ataque ao militar da GNR vítima de crimes, atesta-se no gráfico 17 a prevalência ao recurso às armas brancas. Após uma queda significativa do recurso a armas brancas como meio de ataque, verificou-se a partir de 2013 ligeiras subidas até 2016.

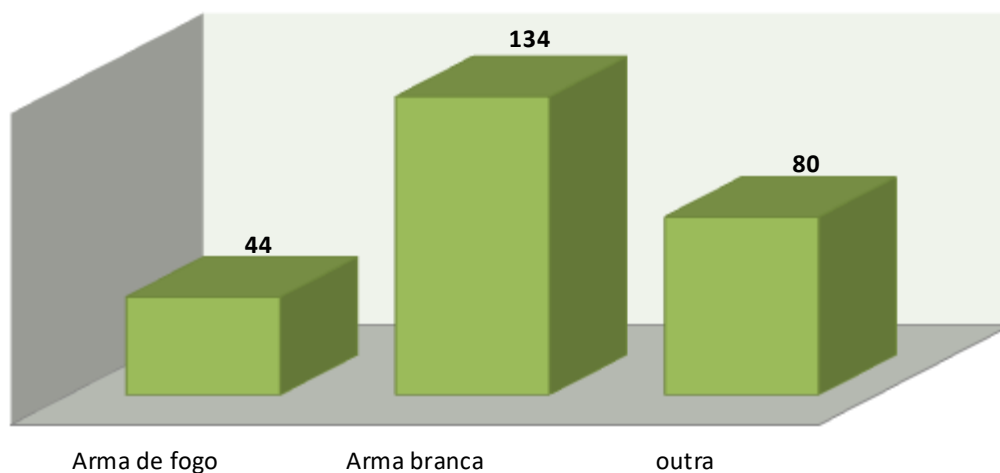
Gráfico 17 - Armas utilizadas nos 05 anos em estudo (2012-2016)



Fonte: GNR/CO/DI

De acordo com o gráfico 18, nas 5.102 participações criminais elaboradas de 2012 a 2016 por crimes perpetrados contra os militares da GNR no exercício de funções, os alegados agressor(es)/autor(es) utilizaram na sua totalidade, 44 armas de fogo, 134 armas brancas e 80 objetos/instrumentos que serviram de ataque.

Gráfico 18 - Total das armas utilizadas nos 05 anos em estudo (2012-2016)



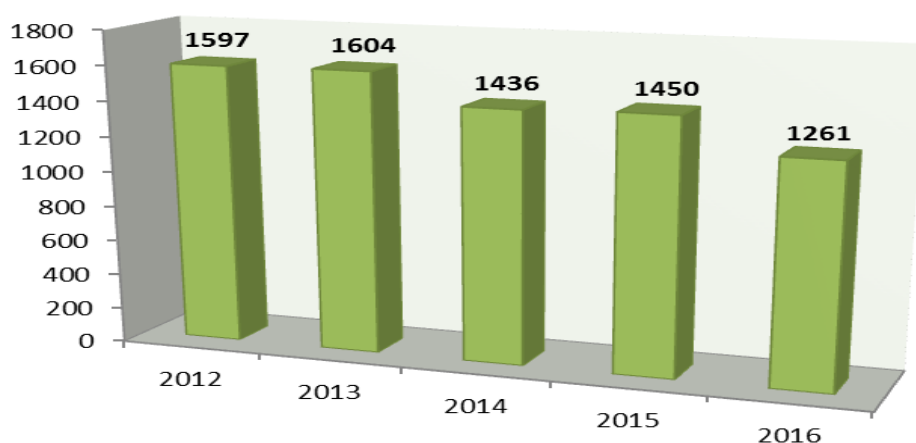
Fonte: GNR/CO/DI

<sup>31</sup> Lei 5/2006 de 23 de fevereiro – Regime jurídico das armas e munições

## 6.4 O militar da GNR /vítima

Conforme demonstra o gráfico 19, o número de militares da Guarda vítimas de crimes no exercício de funções entre 2012 a 2016, tem oscilado ligeiramente entre os anos aqui em estudo. Verificou-se que no cômputo dos 05 anos, foram contabilizados 7.348 militares vítimas de crimes para 5.102 participações criminais registadas no período em referência.

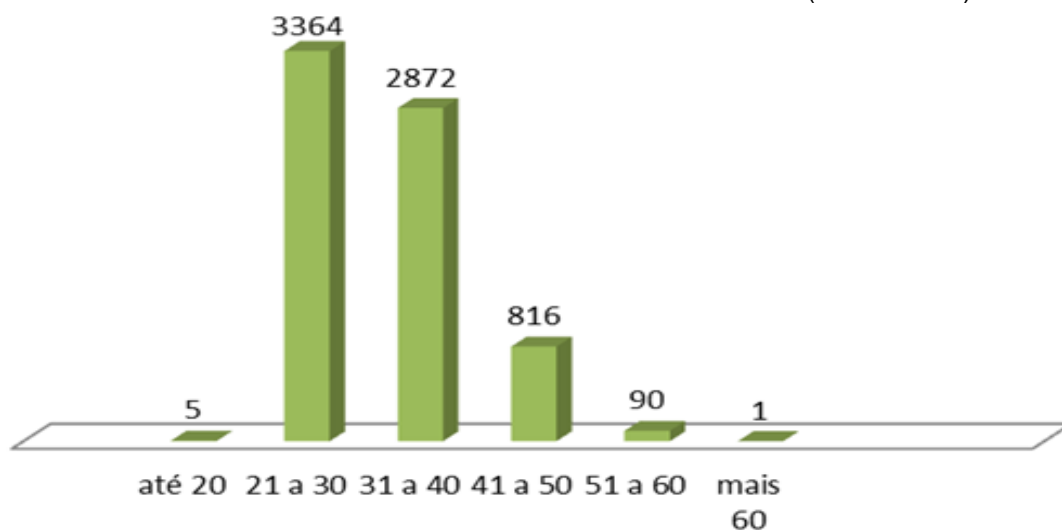
Gráfico 19 - Número de militares da Guarda vítimas de crimes (2012 a 2016)



Fonte: GNR/CO/DI

No total dos anos em estudo, apurou-se da leitura do gráfico 20, que a faixa etária do militar da GNR vítima de crimes com maior prevalência é dos 21 aos 40 anos. A média de idades do militar da GNR vítima de crimes ronda os 31 anos de idade. Destaca-se ainda as faixas etárias dos 41 aos 60 anos como vítimas de crime.

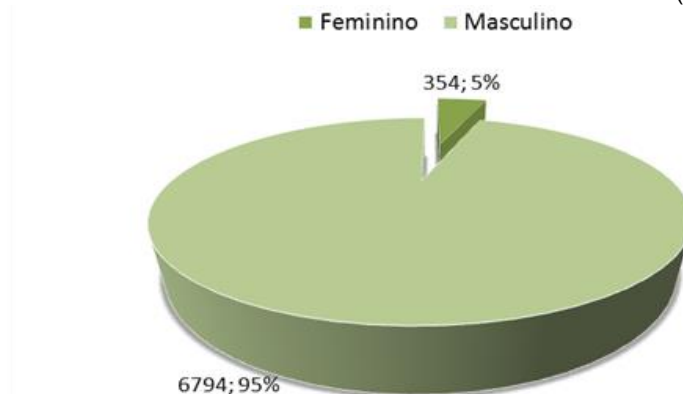
Gráfico 20 - Faixa etária do militar da GNR vítima de crime (2012 a 2016)



Fonte: GNR/CO/DI

De acordo com o gráfico 21, relativamente ao género do militar da GNR vítima de crimes, constatou-se uma predominância do sexo masculino. O sexo feminino surge com uma taxa de 5% (354 participações criminais).

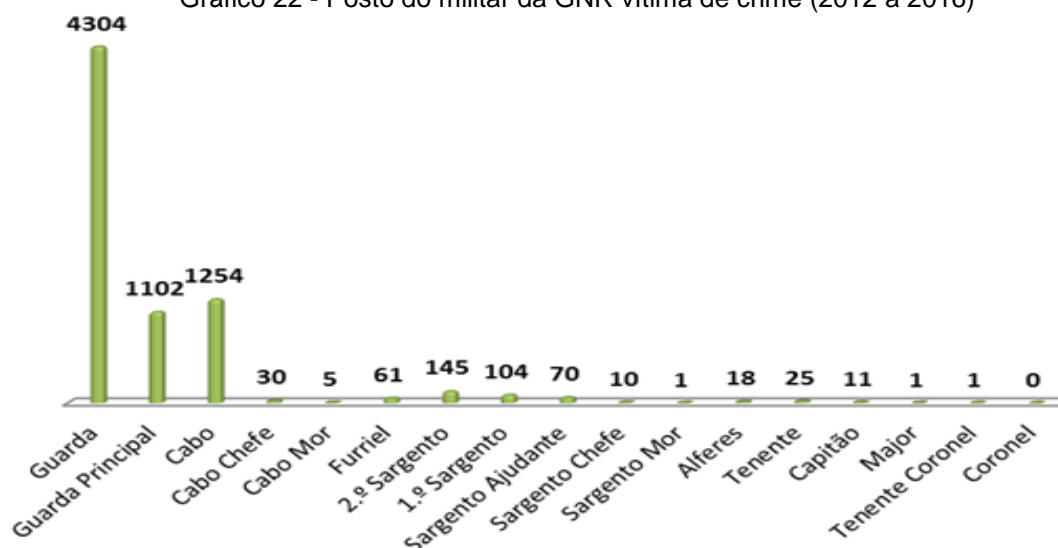
Gráfico 21 - Género do militar da GNR vítima de crime (2012 a 2016)



Fonte: GNR/CO/DI

Relativamente o gráfico 22, é visível que nos postos das respetivas categorias profissionais, é no posto de Guarda (4304), por inerência de funções, que apresenta um maior número, seguido do posto de Cabo e do posto de Guarda Principal, num universo de 7.348 militares da GNR vítimas nos 05 anos. Na classe profissional de Sargentos prevalecem ao nível do posto de 2.º Sargento e 1.º Sargento os valores mais significativos com 145 e 104 vítimas respetivamente, seguido do posto transitório de Furriel. Na classe profissional de Oficiais, é nos Oficiais subalternos que se constatou um maior número de vítimas, sendo respetivamente o posto de Tenente com 25 e Alferes 18 militares da GNR como vítimas de crimes nos 05 anos. Nos Oficiais Capitães e Oficiais Superiores também se registam militares da GNR vítimas de crimes.

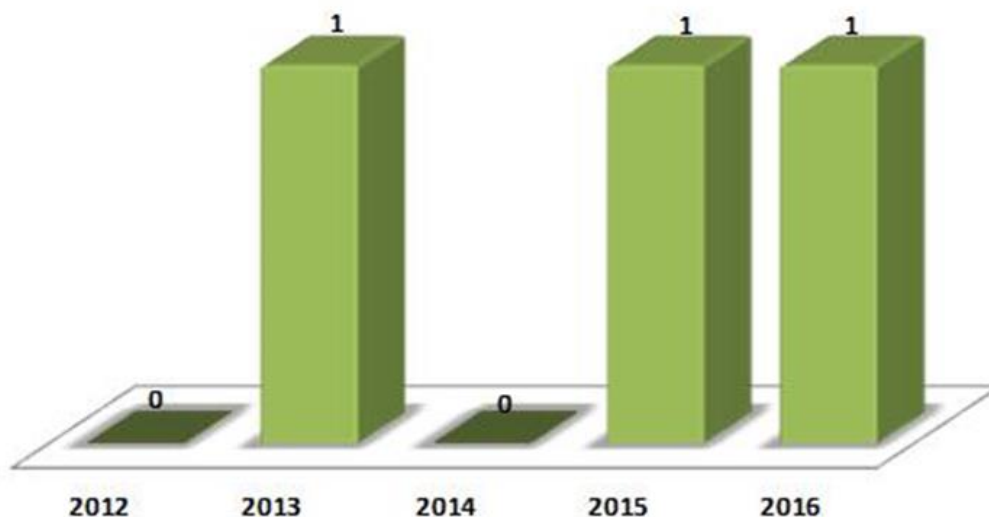
Gráfico 22 - Posto do militar da GNR vítima de crime (2012 a 2016)



Fonte: GNR/CO/DI

Atendendo ao gráfico 23, de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016, lamentavelmente, a GNR registou 03 mortes entre os seus profissionais durante o exercício pleno de funções. Registaram-se estas 03 mortes na classe profissional de Guardas, nos fatídicos anos de 2013, 2015 e 2016.

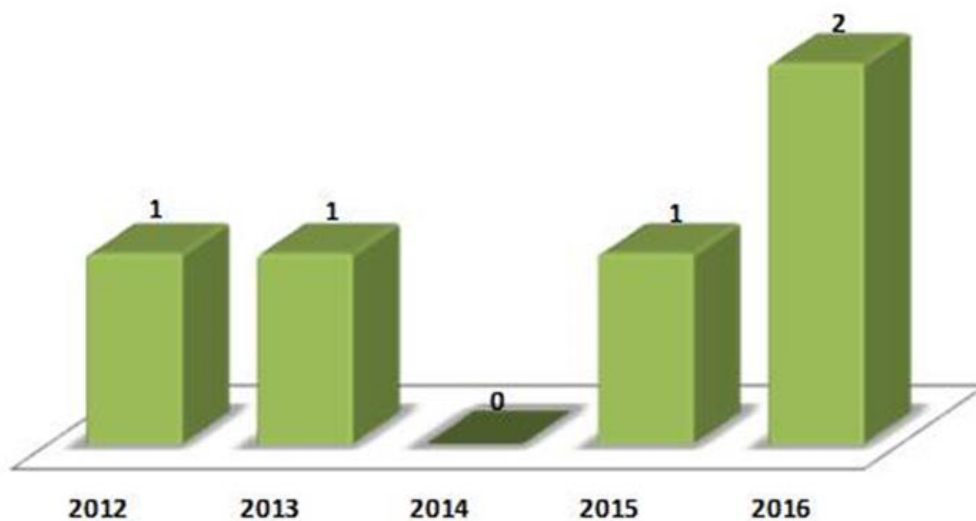
Gráfico 23 - Militares da GNR mortos em serviço (2012 a 2016)



Fonte: GNR/CO/DI

De acordo com o gráfico 24, de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016, a GNR registou 05 profissionais (classe profissional de Guardas) feridos com internamento hospitalar face à gravidade das lesões infligidas.

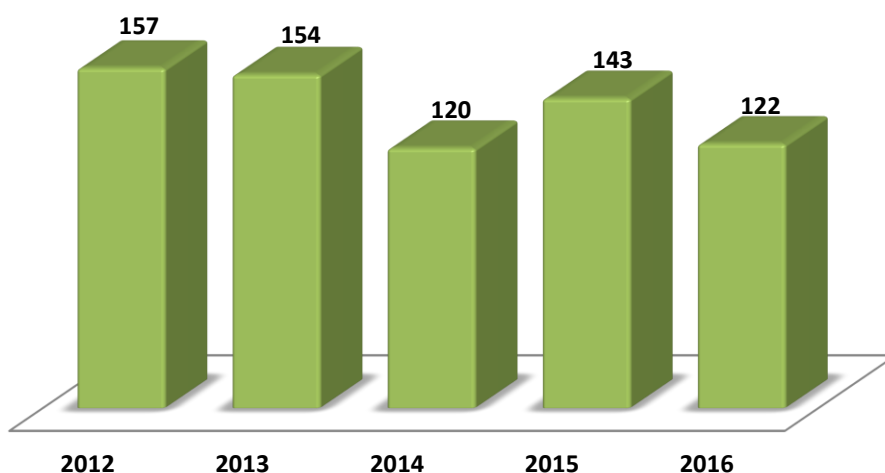
Gráfico 24 - Militares da GNR vítimas de crimes, feridos com internamento (2012 a 2016)



Fonte: GNR/CO/DI e RASI de 2012 a 2016

Ainda nas consequências para o militar da GNR vítima de crimes, e conforme explanado no gráfico 25, constatou-se que nos 05 anos em estudo, a GNR registou 696 profissionais que sofreram ferimentos mas sem internamento hospitalar, com uma média anual de 139 profissionais com esta amplitude de ferimentos.

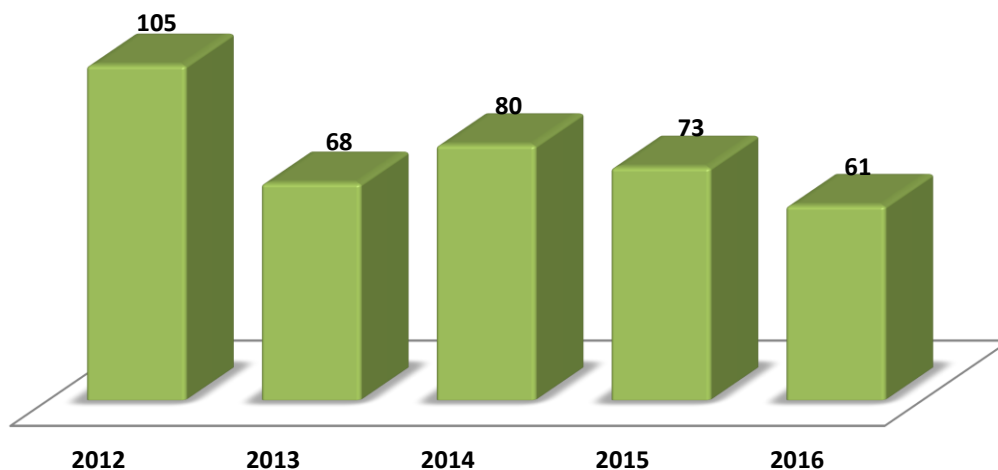
Gráfico 25 - Militares da GNR vítimas de crimes, feridos sem internamento (2012 a 2016)



Fonte: GNR/CO/DI e RASI de 2012 a 2016

No total dos anos em estudo, apurou-se da leitura do gráfico 26, que 387 militares da GNR vítima de crimes, sofreram ferimentos mas não recorreram a serviços hospitalares. Verifica-se que cômputo dos 05 anos, ocorreu um decréscimo significativo desta variável na ordem dos 40%.

Gráfico 26 - Militares da GNR vítimas de crimes, feridos sem tratamento médico (2012 a 2016)



Fonte: GNR/CO/DI e RASI de 2012 a 2016

## 7. DISCUSSÃO

Ressalta dos resultados analisados, tal como refere Beck (1992) que por inerência de funções, os 7.348 militares da GNR vítimas primárias de crimes no exercício de funções lidam sistematicamente e estão expostos ao perigo e às inseguranças produzidas pelos riscos da profissão, dados que sobressaem das 5.102 participações criminais registadas durante os anos 2012 a 2016 inclusive, perpetrados por 5.712 alegados agressor(es)/autor(es), salientando-se ainda o recurso às 258 armas (fogo, brancas e outros instrumentos de ataque) utilizadas.

Apurou-se ainda que a média de idades dos alegados agressor(es)/autor(es), que ronda os 35 anos de idade, é superior a média de idades do militar da GNR vítima de crimes que se situa na ordem dos 31 anos de idade.

Numa análise mais aprofundada dos dados obtidos, é de extrema relevância fazer a seguinte abordagem e explicar o seguinte:

Verifica-se que o número de alegados agressor(es)/autor(es)  $n=5.712$  é superior ao número de participações criminais 5.102. Explorando os referidos números, recorrendo a cálculos de percentagens<sup>32</sup>, revelam que cerca de 12% (11,956%)<sup>33</sup> do universo total das participações criminais estudadas 5.102 foram perpetrados por mais que um(a) alegado(a) agressor/autor, na prática de crimes contra o militar da GNR no exercício de funções.

Na prossecução da exploração dos dados obtidos, constata-se também que o número de militares da GNR vítimas de crimes no exercício de funções  $n=7.348$  é superior ao número de participações criminais 5.102. Recorrendo ao mesmo exercício, apura-se que em cerca de 44% (44,021%)<sup>34</sup> do universo total das participações criminais 5.102, foram vítimas mais do que um militar da GNR no exercício de funções.

Na mesma linha e elaborado o seguinte exercício, os dados obtidos revelam ainda a subsequente e alarmante conclusão cronológica: nos 05 anos em estudo (de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016) contabilizaram-se  $n=7.348$  militares da GNR vítimas primárias/alvo de crimes no exercício de funções, sendo que no mesmo período,

<sup>32</sup> Microsoft excel

<sup>33</sup>  $=([n.^{\circ} \text{ de alegados agressor(es) autor(es)}] - [n.^{\circ} \text{ participações criminais}]) * 100 / [n.^{\circ} \text{ participações criminais}]$

n.º participações criminais	n.º de alegados agressor(es) autor(es)	Percentagem
5102	5712	11,956%

<sup>34</sup>  $=([n.^{\circ} \text{ de militares da GNR vítimas}] - [n.^{\circ} \text{ participações criminais}]) * 100 / [n.^{\circ} \text{ participações criminais}]$

n.º participações criminais	n.º de militares da GNR vítimas	Percentagem
5102	7348	44,021%

ocorreram 1827<sup>35</sup> dias, contando já com os 02 dias de acréscimo dos 02 anos bissextos, nomeadamente 2012 e 2016.

Ao dividir o número total de militares vítimas (n=7.348), pelos números de dias ocorridos (n=1.827) nos anos em estudo, obtém-se uma média diária de quatro (4,021 $\bar{x}$ )<sup>36</sup> militares da GNR vítimas destes crimes.

Atendendo que um dia tem 24 horas e no cálculo supracitado se obteve uma média diária de quatro militares vítimas, conclui-se<sup>37</sup> que sensivelmente a cada 06 horas, 01 militar da GNR no exercício de funções é vítima primária/alvo dos crimes por ora estudados.

## 7.1 Análise e discussão dos dados recolhidos

Tal como refere Sanders e McCormick (1993) destacam-se as situações e risco que estes militares enfrentaram e que apela à proximidade ou contingência de um possível dano, onde o perigo é uma causa do risco, e a ameaça antecipa o dano.

Os danos analisados sobre os impactos destas agressões e comportamentos violentos confirmam as situações de risco, ameaça e perigo culminando com fatídica morte de três profissionais, numa média de 1.020 participações criminais anuais.

Destacam-se destes resultados a exposição relativa ao risco que favorece a sua materialização em danos como refere (Cicco & Fautazzini, 1997). Assim, temos 1.332 casos que resultaram de ameaças e coação; 1.385 em alegados danos físicos provocados por ofensas à integridade física; em danos físicos e psicológicos provocados por resistência, desobediência e por último os danos psicológicos provocados pela difamação e injúrias contra os militares da GNR em exercício de funções.

Os resultados apresentados no presente estudo, traduzem como refere Clemente (1998) as consequências na defesa dos direitos dos cidadãos, na defesa da legalidade e no garante da segurança interna, que a atividade policial por inerência das funções, expõe, além da amplitude que possui com um elevado risco associado.

<sup>35</sup> = [n.º anos] \* [n.º dias] + [n.º dias de anos bissextos]

n.º anos (2012 a 2016)	n.º dias	n.º dias de anos bissextos	Total
5	365	2	= 1827

<sup>36</sup> = [n.º militares da GNR vítimas] / [n.º total de dias dos anos em estudo]

n.º militares da GNR vítimas	n.º total de dias dos anos em estudo	Média
7348	1827	$\bar{x}$ 4,021

<sup>37</sup> = [n.º de horas diárias] / [média diária de militares da GNR vítimas]

n.º de horas diárias	média diária de militares da GNR vítimas	Média
24	4	$\bar{x}$ 6

Tudo isto torna a missão da GNR, em determinadas ocorrências, uma tarefa bastante árdua e perigosa na qual os militares da GNR são por inúmeras vezes confrontados com riscos para a sua integridade física ou psicológica e /ou a própria morte.

Pelos dados analisados nos 5 anos em estudo (2012 a 2016), o número de participações criminais registadas pela prática de crimes praticados contra os militares da GNR em exercício de funções tem sofrido ligeiras oscilações que variam entre os anos na ordem dos 20%.

A distribuição que acompanha os distritos/comandos com maior número de participações criminais em que os militares da GNR são vítimas, vai no sentido dos distritos/comando onde é significativo o número de participações criminais como sejam os distritos de Faro, Aveiro, Setúbal. Destaque para o Comando Territorial de Aveiro que nos últimos 05 anos revela um incremento das participações.

Se o número de militares da GNR vítimas nos últimos 5 anos é significativo (n=7.348 vítimas) é igualmente significativo o número de alegados agressor(es)/autor(es) (n=5.712) que alegadamente praticaram estes crimes e deram origem a 5.102 participações criminais. Apesar da tendência de ligeiras oscilações por participação criminal/ano em que o militar é a vítima, contudo os resultados apontam para uma média significativa de 1.020 participações criminais por crimes praticados por ano contra os militares da GNR.

Enfatiza-se o facto do número de alegados agressor(es)/autor(es) ser superior ao número de participações criminais. Mais inquietante ainda, é o número de militares da GNR vítimas de crimes no exercício de funções ser consideravelmente superior ao número de participações criminais.

A média de idades dos alegados agressor(es)/autor(es) (n=5.712) é de 35 anos onde se destacam ainda um número significativo de participações criminais cujos alegados agressor(es)/autor(es) são jovens menores de 20 anos de idade. Se é verdade que a esmagadora maioria dos alegados agressor(es)/autor(es) é do sexo masculino 90% (5.167), contudo registam-se que 10% (545) dos alegados agressor(es)/autor(es) são do sexo feminino. Ainda nesta perspetiva, apurou-se ainda que a média de idades dos alegados agressor(es)/autor(es) (35 anos), é ligeiramente superior a média de idades do militar da GNR vítima de crimes (31 anos).

Quanto à nacionalidade, verifica-se que a esmagadora maioria dos alegados agressor(es)/autor(es) são cidadãos de nacionalidade portuguesa, destacam-se ainda 6% (366) de cidadãos extracomunitários que alegadamente praticaram crimes contra os militares da GNR no exercício de funções.



O recurso a armas brancas e a outros instrumentos para além das armas de fogo, foram o meio de ataque privilegiado pelos alegados agressor(es)/autor(es) onde 52% (134) são armas brancas e 17%(44) são armas de fogo.

Tal como refere Axelbred e Valle (1998, p.3) “a atividade policial é uma das mais perigosas psicologicamente do mundo, onde o contexto é iminentemente conflituosa e, portanto, geradora de situações de risco que numa sociedade em constante mutação se tornam cada vez mais violentas”.

Como consequências destas participações criminais de crimes perpetrados contra os militares da GNR no exercício de funções, nos últimos 5 anos (2012 a 2016) temos a lamentar 3 mortes em serviço, 5 feridos graves com internamento hospitalar, 696 militares feridos que não careceram de internamento urgente e imediato e 387 militares feridos, mas que não careceram de tratamento medico /hospitalar urgente. Todas estas vítimas primárias/alvo como refere o CPP “são aqueles que sofreram um dano, contra a sua integridade física ou psíquica, um dano emocional ou moral, ou um dano patrimonial, diretamente causado por ação... no âmbito da prática de um crime”.

A média dos militares da GNR vítimas de crimes por ano é significativa, 1.470 militares /ano, sendo o número total de militares da GNR vítimas de crimes nos anos em estudo de 7.348.

A faixa etária com mais incidência nos militares da GNR vítimas de crimes é dos 21-40 anos, sendo a média de idades dos militares vítimas de 31 anos. Numa perspetiva de género, conclui-se que os militares vítimas são maioritariamente masculinos 95% (6.794) e 5% (354) são militares femininas.

Constata-se que estes crimes afetam todas as classes profissionais, e as suas bases/postos iniciais são os mais vitimizadas com predominância no início da carreira (estágio de alarme e estágio de desencanto), transversal à classe de guardas, seguida da base da classe de sargentos e da base da classe de oficiais.

As agressões hostis, agressões instrumentais, agressões diretas e agressões deslocadas estão patentes nas 5.102 participações criminais estudadas. Também as diferentes formas de violência, seja voluntária, física e/ou psicológica, alegadamente praticada sobre os militares da GNR vítimas estão manifestas nas participações.

Nesta linha e numa perspetiva de trabalhos futuros com pertinência e relevância, será interessante levar a cabo um estudo onde seja possível contabilizar e medir o impacto/consequências nas chamadas vítimas indiretas, isto é, nos camaradas<sup>38</sup> que acompanharam os militares da GNR vítimas directas de crimes nas ocorrências policiais, onde certamente se obterá dados críticos e inquietantes.

---

<sup>38</sup> Termo utilizado no seio da instituição GNR para designar um militar da GNR

## 8. CONCLUSÕES

O presente estudo teve como primordial finalidade a caracterização e análise e do militar da GNR enquanto vítima de crimes contra as pessoas e contra autoridade pública no exercício de funções. O estudo revelou-se pertinente, inédito e singular. Não existem estudos empíricos transversais sobre os militares da GNR como vítimas de crime no decorrer do exercício de funções. O objetivo geral desta investigação científica foi analisar e caracterizar o fenómeno da violência grave, mormente os crimes contra as pessoas e contra a autoridade pública perpetrada contra os militares da GNR no exercício de funções.

Procurou-se como objetivos específicos: i) analisar e identificar geograficamente, na área de jurisdição da GNR, a ocorrência/ação policial por meses/ano, cuja incidência ocorreu nos anos de 2012 a 2016, nomeadamente: Contra a vida (Homicídio), Contra a integridade física (Ofensa à integridade física), Contra a liberdade pessoal (Ameaça, Coação), Contra a honra (Difamação, Injúria), Contra a autoridade pública (Resistência e Coação sobre; Funcionário, Desobediência); ii) caracterizar o perfil do alegado agressor(es)/autor(es) dos crimes perpetrados contra o militar da GNR no exercício de funções, analisando as variáveis sociodemográficas como a faixa etária, género, nacionalidade, etnia; iii) caracterizar as consequências para o alegado agressor(es)/autor(es) pela prática do crime; iv) analisar o *modus operandi* do alegado agressor(es)/autor(es), nomeadamente se a ocorrência envolveu o recurso a algum tipo de arma e respetiva classificação; iv) caracterizar o perfil do militar da GNR vítima no exercício de funções, analisando as variáveis sociodemográficas como a faixa etária, género, posto; v) caracterizar as consequências sofridas pelo militar da GNR no exercício de funções, vítima dos Contra a vida (Homicídio), Contra a integridade física (Ofensa à integridade física), Contra a liberdade pessoal (Ameaça, Coação), Contra a honra (Difamação, Injúria), Contra a autoridade pública (Resistência e Coação sobre; Funcionário, Desobediência). Os objetivos foram cumpridos.

A análise e a descrição das 5.102 participações criminais por crimes cometidos contra os militares da GNR, cuja autoria é imputada a 5.712 alegado(s) agressor(es)/autor(es), tendo dado origem a 7.348 vítimas militares no exercício de funções, nos últimos cinco anos (2012 a 2016), são números mensuravelmente expressivos, críticos, permitindo mesmo concluir que sensivelmente a cada 06 horas, um militar da GNR no exercício de funções é vítima destes crimes.

Constata-se a transversalidade das ocorrências criminais perpetradas contra as três classes profissionais existentes (Guardas, Sargentos e Oficiais), realçando-se o facto de estas serem mais significativas no início da carreira das respetivas classes.

O(s) alegado(s) agressor(es)/autor(es), são predominantemente masculinos e de nacionalidade Portuguesa, possuindo uma média de idade que ronda os 35 anos, que é superior a média de idades do militar da GNR vítima que se situa na ordem dos 31 anos.

Registam-se o maior número de participações nos distritos, onde é significativo o número de participações da criminalidade registada por distrito, designadamente Faro, Aveiro e Setúbal. No entanto, nos 05 anos, ao analisar-se a incidência<sup>39</sup> da criminalidade em território nacional (TN), constatou-se que Lisboa e Porto respectivamente, são os distritos que assumem maior relevância quanto à criminalidade participada pela GNR, PSP e PJ. Observa-se ainda que apesar da diminuição da criminalidade participada relativamente ao distrito de Aveiro, este Comando Territorial nos últimos 05 anos revela um incremento das participações criminais em que os militares da GNR são vítimas.

É na estação do verão, sobretudo no mês de agosto que se verifica um acréscimo de participações por crimes praticados contra os militares da GNR no exercício de funções.

Um dado que se destaca desta análise e que se depreende bastante positivo, é o facto de cerca de 96% dos alegados agressor(es)/autor(es) não terem passado incólumes à prática destes crimes, tendo-se procedido à detenção de 4.699 e logrado à identificação de mais 799 alegados alegado(s) agressor(es)/autor(es), por crimes perpetrados contra os militares da GNR no exercício de funções.

Assim e perante tal cenário, implica uma reflexão no sentido de gerar eventuais guidelines de prevenção sobre determinados processos de risco e sensibilizar os militares que compõem o dispositivo para este fenómeno.

Numa perspetiva de prevenção pedagógica, ousa-se sugerir as seguintes *guidelines*: i) na formação inicial de novos quadros da GNR, figure nos detalhes formativos o reforço de inclusão de matérias que abordem esta problemática; ii) os objetivos destes conteúdos formativos visem sensibilizar a consciência do militar formando que o exercício destas funções está proeminentemente sujeito a riscos e perigos culminando alguns deles em dano físico e/ou psicológico; iii) que a atualização permanente de quadros seja reforçada com abordagem desta problemática; iv) que na formação se recorram a exercícios práticos e simulacros que evidenciem e estimulem a prevenção dos riscos; v) que seja continuamente difundido ao dispositivo praticas na prevenção destes riscos.

Por último, as dificuldades e limitações inerentes a um trabalho desta envergadura passam essencialmente pela natureza crítica dos dados coligidos, tratamento e posteriormente a sua compilação e análise, contudo chegados aqui podemos afirmar claramente que todos os sacrifícios pessoais sentidos mereceram a pena, acreditando que será um trabalho útil e com utilidade ao leitor interno e externo à nobre instituição GNR “próxima, humana e de confiança”.

---

<sup>39</sup> Relatório anual de segurança interna (2012 a 2016)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, M. (2006). *(Des) equilíbrios familiares: uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Albuquerque, P. (2009). «Os Princípios Estruturantes do Processo Penal Português – que Futuro?». Simpósio em homenagem a Jorge Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português. Coimbra editora.
- American Psychiatric Association (2000). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. (4ª ed.). Washington DC: American Psychiatric Association.
- Andrade, M. (1980). *A vítima e o problema criminal*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 36.
- Axelbred & Valle (1988). *cit in Journal of Police Science and Administration*. Vol. 16 (4), 3.
- Balestreril, R. (1998). *Direitos Humanos: Coisa de Polícia*. Rio Grande do Sul: Paster Editora, 7-11.
- Ballesteros, L. (et. al.) (1993). *Signos y Cultura de la Violencia*. Una Investigación en el Aula. Córdoba: Universidad d Córdoba.
- Bandura, A. (1973). *Aggression: a social learning analysis*. Englewood Cliffs, N.J. Prentice-Hall.
- Beck, U. (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Editorial Sage.
- Beck, U. (1992). *World Risk Society*. Londres: Editorial Sage.
- Beleza, T. (2000). *Direito Penal*. Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa: Lisboa. 2.º Vol., 116.
- Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana: Contradições e Ambiguidades*. (1.ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo, 60-372.
- Brantingham, P., & Brantingham, P. (1981). *Environmental criminology*. Londres: Editorial Sage.
- Breakwell, G. (1989). *Facing Physical Violence*. Great Britain. British Psychological Society and Routledge Ltd.

- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (1998). *The ecology of developmental processes*. In: Damon, W.; Lerner, R. M. (Orgs.). *Handbook of child psychology, Theoretical models of human development*. New York. Vol.1, 993-1028.
- Bronfenbrenner, U. (1977). *Toward an experimental ecology of human development*. *American Psychologist*, Washington, DC: American Psychological Association, n.32, 513-531.
- Brown, J. & Campbell, E. (1994). *Stress and Policing: Sources and Strategies*. Chichester, UK: John Wiley & Sons, 45.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da investigação: Guia para autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Cicco, F., & Fantazzini, M. (1987). *A prevenção e o controle de perdas através da engenharia de segurança de sistemas*. In: *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. São Paulo: Fundacentro. Vol.19, 39-42.
- Clarke, R., & Felson, M. (1993). *Introduction: Criminology, Routine Activity, and Rational Choice*. Vol. 5, 1-14.
- Clemente, P. (1998). *Da Polícia de Ordem Pública*. Massamá: Gazela.
- Cohen, L., & Felson, M. (1979). *Social change and crime rates trends: A routine activity approach*. *American social review*. Vol. 44, 588-608.
- Cordeiro, D. (2011). *Psiquiatria forense: A pessoa como sujeito ético em medicina e em direito*. (3ª ed). Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 45.
- Dias, J., & Andrade, M. (1977). *Criminologia: O homem delinquente a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dollard, J., Doob, L., Miller, N., Mowrer, O., & Sears, R. (1939). *Frustration and aggression*. New Haven, CT: Yale University Press.

- Douglas, M. (1992). *Risk and blame - essays in cultural theory*. London: Routledge, 22-23.
- Eiras, H., & Fortes, G. (2010). *Dicionário de Direito Penal e Processo Penal*. (3.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Quid Juris.
- Eysenck, H. (1977). *Crime and personality*. 3. ed. London: Routledge & K. Paul, 222.
- Fattah, E. (2000). *Victimology: Past, Present and Future*. *Criminologie*, 33, 17-46.
- Feldman, P. (1993). *The Psychology of Crime*. USA, Cambridge University Press.
- Felson, R. (2002). *Violence and Gender Reexamined*. American Psychological Association, 21.
- Fielding, N. (1991). *The Police and Social Conflit, Rhetoric and Reality*. London, The Athlone Press, 6.
- Fischer, G. (1994). *A dinâmica social: violência, poder, mudança*. Lisboa: Planeta Editora, 14.
- Fortin, M. (2009). *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*. Loures: Lusodidáctica.
- Frutuoso, M. (2005). *Violência familiar: um estudo qualitativo dos crimes contra familiares*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Gabinete coordenador de segurança (2012). *Relatório anual de segurança interna*. Lisboa.
- Gabinete coordenador de segurança (2013). *Relatório anual de segurança interna*. Lisboa.
- Gabinete coordenador de segurança (2014). *Relatório anual de segurança interna*. Lisboa.
- Gabinete coordenador de segurança (2015). *Relatório anual de segurança interna*. Lisboa.
- Gabinete coordenador de segurança (2016). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa.
- Gil, A., Santos, A., Kislaya, I., Nicolau, R., Mascoli, L., Ferreira, A. (...) (2014). *Projeto envelhecimento e violência. Estudo populacional sobre a violência e estudo às vítimas de violência*. Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, Lisboa, Portugal.

- Glória, J. (1981). *Frustração e Agressão I, o Leito de Procusta: a Hipótese Frustração/Agressão*. Psicologia, Vol. 2, 265-284.
- Guerreiro, D., Brito, B., Baptista, J. & Galvão, F. (2007). Acta Med Port. Departamento Universitário de Saúde Pública. Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa. Lisboa, 347-354.
- Guia para a avaliação de riscos no local de trabalho / Comissão Europeia. Direção Geral do Emprego, Relações Laborais e Assuntos Sociais. - Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1996. - 60 p. ; 25 cm. - (Saúde e segurança), 11.
- Hayes, M. (1992). *On the epistemology of risk: Language, logic and social science*. Social Science and Medicine 35(4), 401- 407.
- Hien, D., Litt, L. & Cohen, L. (2008). *Perspectives on traumatic stress, posttraumatic stress disorder, and complex posttraumatic stress disorder*. In D. Hien, L. C. Litt, & L. R. Cohen, Trauma Services for Women in Substance Abuse Treatment: An Integrated Approach.
- John C. Hall et alia, «*Police Officer Safety and the Constitution*». in FBI -Law Enforcement Bulletin, vol. 64, nº 9, September 1995, 27.
- Lagache, D. (1982). *Agressivité structure de la personnalité et autres travaux*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Laplanche, J., Pontalis, J., & Lagache, D. (2004). Dicionario de psicoanálisis reimpr., Paidós: Buenos Aires. Ed. 6, 12-13.
- Lewin, K. (1935). *A dynamic theory of personality: Selected papers*. (D.K. Adams & K.E. Zener, Trans.).New York: McGraw-Hill, 239-273.
- Machado C., Gonçalves R. (2002). *Violência a vítimas de crimes*. Coimbra: Quarteto Editora. Vol. 1.
- Magalhães, A. (2011). *Violência fatal contra as crianças*. Estudo médico – legal no norte de Portugal. Dissertação de Mestrado integrado em Medicina, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

- Magalhães, T. (2003/2004). Apontamentos. *Introdução à medicina legal*. Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, 1-27.
- Magalhães, T. (2005). *A Vítima Como Objecto da Intervenção Médico-Legal*. Acta Médica Portuguesa. Vol. 18, 453-458.
- Magalhães, T. (2010). *Violência e Abuso, Respostas simples para questões*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Marinho, L. (2001), *Polícia de Segurança Pública: Adaptação e integração profissional dos elementos femininos com funções policiais*. Dissertação de final de licenciatura apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Marshall H. (1983). *Aggression in Global Perspective: a research strategy*. USA, Pergamon Press Inc., 23.
- Martínez, J. (2006). *Bullying: el maltrato entre iguales*. Agresores, víctimas y testigos en la escuela. Salamanca: Amarú Ediciones, 206.
- Mascoli, L. (2015). *O homicídio intrafamiliar: Contributos para a avaliação de risco*. Tese de Doutoramento, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.
- Mascoli, L. (2017). A Avaliação do Risco de Violência, in Guia Prático Violência e Crime, documento não publicado.
- McCormick, K., & Visano, L. (1992). *Understanding Policing*. Toronto: Canadian Scholars Press.
- Mendelsohn, B. (1956). «Victimologie». Rev. Int. Criminol. Police Tech, Vol. 10, n.º 2.
- Mitchell, M. (1997). *The aftermath of road accidents*. Routledge, London.
- Monet, J. (2006). *Polícias e Sociedades na Europa*. Série Polícia e Sociedade. (2ª ed.). n.º 3, 15.
- Monteiro, P. (2001). *Quando o polícia é a vítima - consequências das agressões aos agentes da PSP*. Dissertação de fim de curso da Licenciatura em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, Portugal.



- Pain, J. (2006). *“Violence et Prévention en milieu scolaire”*. In M. T. Estrela & L. Marmoz, *Indiscipline et Violence à l’école. Études Européennes*. Paris: L’Harmattan, 121-133.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rouco, J. (2012). *Modelo de gestão de desenvolvimento de competências de liderança em contexto militar*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 3.
- Sanders, M. & McCormick, E. (1993). *Human Factors in Engineering and Design*. 7 th ed. New York: McGraw-Hill, chap. 20, 655-656.
- Santos, B., Marques, M., Pedroso, J., & Ferreira, R. (1996). *Os tribunais nas Sociedades contemporâneas. O Caso Português*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Santos, L.; Lima, J. Cord. ( 2016) *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*, Centro de Investigação e Desenvolvimento, Cadernos ISME n.º 8, IESM, Lisboa.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Serra, A. (2003). *O Distúrbio de Stress Pós-Traumático*. Coimbra: Vale & Vale Editores.
- Silva, F. (2005). *Direito Penal Especial: Os crimes contra as pessoas*. Lisboa: Quid Júris Sociedade Editora.
- Silva, H. (1999). *Proposta de implantação de um sistema operacional de policiamento comunitário em Cia PM através da Rosa dos Ventos*. Monografia. Centro de Aperfeiçoamento de Estudos Superiores. São Paulo, PMESP.
- Silva, M. (2001). *Ética Policial e Sociedade Democrática*. Lisboa. ISCPSI, 124.
- Sousa, A. (2009). *A Polícia no Estado de Direito*. São Paulo: Editora Saraiva, 1.
- Sousa, M., & Baptista, C. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: Pactor.

Souza, E., & Minayo M. (2005). *Policia, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho*. Ciência & Saúde Coletiva. 10(4), 917-928.

Souza, M., & Adorno, S. (2013). *Risco e (in)segurança na missão policial*. Ciência & Saúde Coletiva, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Brasil. Vol. 18, 585-593.

Teixeira, J. (2000). *Comportamento criminal, perspectiva biopsicológica*. Linda-a-Velha: Vale & Vale Editores.

Tobolowski, P. (2000). *Understanding Victimology*. Cincinnati: Anderson Publishing Co.

Violanti, J. (1993). *Padrões de estresse no trabalho policial*. In: Revista Policial do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Brasil

## **ACORDÃOS**

AC. Do TRP de 30/11/2011 (Eduarda Lobo), Proc. n.º 1012/09.4GDGDM.P1,  
URL:<http://www.dgsi.pt> (consultado em 10/05/2017)

AC. Do TRC de 10/10/2012 (Olga Maurício), Proc. n.º 72/10.0GAACN.C1,  
URL:<http://www.dgsi.pt> (consultado em 10/05/2017)

AC. Do TRC de 14/09/2016 (Fernando Chaves), Proc. n.º 159/16.5PBCLD.C1,  
URL:<http://www.dgsi.pt> (consultado em 10/05/2017)

AC. Do TRC de 18/02/2014 (Renato Barroso), Proc. n.º 183/11.4PFSTB.E1,  
URL:<http://www.dgsi.pt> (consultado em 10/05/2017)

AC. Do TRC de 18/09/2013 (Abílio Ramalho), Proc. n.º 75/12.0GBMIR.C1,  
URL:<http://www.dgsi.pt> (consultado em 10/05/2017)

AC. Do TRE de 03/02/2015 (Martinho Cardoso), Proc. n.º 139/11.7PATVR.E1,  
URL:<http://www.dgsi.pt> (consultado em 10/05/2017)

## LEGISLAÇÃO

Assembleia da República. (1976). Decreto de 10 de abril de 1976 (Constituição da República Portuguesa). Diário da República, 1.ª Série, n.º86.

Assembleia da República. (1987). Decreto-Lei n.º 78/87 de 17 de fevereiro (Código de Processo Penal). Diário da República, 1.ª Série, n.º40.

Assembleia da República. (1989). Lei n.º 11/1989 de 01 de junho (Bases gerais do estatuto da condição militar). Diário da República, 1.ª Série, n.º125.

Assembleia da República. (1995). Decreto-Lei n.º 48/95 de 15 de Março (Código Penal). Diário da República, 1.ª Série, n.º63.

Assembleia da República. (1999). Lei n.º 145/99 de 1 de Setembro (Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana). Diário da República, 1.ª Série, n.º204.

Assembleia da República. (2003). Lei n.º 100/2003 de 15 de Novembro (Código de Justiça Militar). Diário da República, 1.ª Série, n.º265.

Assembleia da República. (2007). Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro (Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana). Diário da República, 1.ª Série, n.º277.

Assembleia da República. (2008). Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto (Lei de Segurança Interna). Diário da República, 1.ª Série, n.º 213.

Assembleia da República. (2009). Lei n.º 31-A/2009 de 7 de Julho (Lei de Defesa Nacional). Diário da República, 1.ª Série, n.º129.

Assembleia da República. (2015). Lei n.º 130/2015 de 04 de setembro (procede à vigésima terceira alteração ao Código de Processo Penal e aprova o Estatuto da Vítima). Diário da República, 1.ª Série, n.º173.

Ministério da Administração Interna. (2002). Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002 de 7 de fevereiro de 2002 (Código Deontológico do Serviço Policial).

Ministério da Administração Interna. (2010). Despacho n.º 10393/2010 de 05 de maio (Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana). Diário da República, 2.ª Série, n.º119.

Ministério da Administração Interna. (2017). Decreto-Lei n.º 30/2017 de 22 de março (Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana). Diário da República, 1.ª Série, n.º58.

Parlamento Europeu e do Conselho. (2012). Diretiva 2012/29/UE de 25 de outubro de 2012 publicada em 14 de novembro. Jornal Oficial da União Europeia.

## **WEBSITES**

<https://dre.pt/home>

<http://www.dgsi.pt/>

<http://www.gnr.pt/missao.aspx>

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_main.php](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_main.php)

<http://www.grupoescolar.com/pesquisa/etnias.html>